



**A GÊNESE DA PERMANÊNCIA: O CONJUNTO URBANO E PAISAGÍSTICO DA AVENIDA  
KOELER E SEU ESTATUTO DE PATRIMÔNIO NACIONAL  
(PETRÓPOLIS, RJ)**

**THAÍSA TORRE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Nóbrega.

Rio de Janeiro, março de 2014.

A GÊNESE DA PERMANÊNCIA: O CONJUNTO URBANO E PAISAGÍSTICO DA AVENIDA  
KOELER E SEU ESTATUTO DE PATRIMÔNIO NACIONAL

(PETRÓPOLIS, RJ)

THAÍSA TORRE

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Nóbrega.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em  
Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em  
Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Restauração e Gestão do Patrimônio.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Carvalho Leme Nóbrega - Orientadora – PROARQ – UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evelyn Furquim Werneck Lima - Examinadora externa – UNIRIO

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elizabete Rodrigues de Campos Martins - Examinadora interna - UFRJ

Rio de Janeiro, março de 2014.

Torre, Thaísa.

A gênese da permanência: o conjunto urbano e paisagístico da Avenida Koeler e seu estatuto de patrimônio nacional/ Thaísa Torre. – Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2014.

vi, 100f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Cláudia Carvalho Leme Nóbrega.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2014.

Referências Bibliográficas: f. 101-103.

1. A Invenção da Cidade. 2. O Poder na Formação. 3. A Imagem (Re)Velada. I. Nóbrega, Cláudia Carvalho Leme. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

## **RESUMO**

### **A GÊNESE DA PERMANÊNCIA: O CONJUNTO URBANO E PAISAGÍSTICO DA AVENIDA KOELER E SEU ESTATUTO DE PATRIMÔNIO NACIONAL**

**(PETRÓPOLIS, RJ)**

**THAÍSA TORRE**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Nóbrega.

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

A presente dissertação tem como questão principal conhecer a série de eventos que definiu a construção e a permanência do Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Koeler como patrimônio preservado através dos tempos. Compreendeu-se a história como uma construção cultural e inexistente, cuja percepção se transforma com o distanciamento temporal. Essa visão possibilitou uma análise historiográfica que incluiu, além do estudo dos monumentos, o estudo das questões relativas à constituição do patrimônio e às respectivas ações de preservação. O Conjunto da Avenida Koeler teve sua imagem reinventada, desde a sua origem no papel durante o Segundo Reinado, passando pelo reconhecimento como patrimônio na fase heroica do IPHAN, até os dias atuais, quando a mudança de uso das edificações vem se apresentando como principal fator de preservação. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo promover uma leitura diferenciada do patrimônio e, através dessa leitura de um conjunto urbano como documento, compor uma história contemporânea para a Avenida Koeler.

Palavras-chave: história da cidade, patrimônio, permanência, imagem, política, memória.

Rio de Janeiro, março de 2014.

## **ABSTRACT**

### **THE GENESIS OF PERMANENCE: THE URBAN AND LANDSCAPE COMPLEX OF KOELER AVENUE AND ITS STATUS OF NATIONAL HERITAGE**

**(PETRÓPOLIS, RJ)**

**THAÍSA TORRE**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Nóbrega.

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

This work is mainly concerned to know the series of events that defined the construction and the permanence of Urban and Landscape Complex of Koeler Avenue as heritage preserved through the ages. Understand the history as a cultural construction and inaccurate, whose perception is transformed with the temporal distance. This vision allowed a historiographical analysis that included, besides the study of the monuments, the study of issues relating to the establishment of heritage and their preservation actions. The Koeler Avenue had reinvented its image, from its origin in the paper during the Second Empire, through the recognition as heritage in the heroic phase of the IPHAN, to the present day, when the change of use in buildings has been presented as the main preservation factor. This research aims to encourage an unusual reading of heritage and, by this reading of an urban complex as a document, compose a present history for Koeler Avenue.

Key-words: history of the city, heritage, permanence, image, politics, memory.

Rio de Janeiro, março de 2014.

## SUMÁRIO

### A GÊNESE DA PERMANÊNCIA: O CONJUNTO URBANO E PAISAGÍSTICO DA AVENIDA KOELER E SEU ESTATUTO DE PATRIMÔNIO NACIONAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. A INVENÇÃO DA CIDADE</b>	
1.1 PETRÓPOLIS E O IMPERADOR .....	5
1.2 O PLANO KOELER E A VILA IMPERIAL .....	11
1.3 O LUGAR BUCÓLICO DO IMPÉRIO .....	16
<b>2. O PODER NA FORMAÇÃO</b>	
2.1 A RUA DA CAPITAL DO ESTADO .....	37
2.2 O CENÁRIO NOBRE DA REPÚBLICA .....	41
2.3 A AMEAÇA DA PERDA .....	67
<b>3. A A IMAGEM (RE)VELADA</b>	
3.1 A POLÍTICA DO PATRIMÔNIO .....	76
3.2 O TOMBAMENTO DA AVENIDA KOELER .....	83
3.3 A MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101
<b>ANEXOS</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como questão principal conhecer a série de eventos que definiu a construção e a permanência do Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Koeler como patrimônio preservado através dos tempos.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo promover uma leitura diferenciada do patrimônio e, através dessa leitura de um conjunto urbano como documento, compor uma história contemporânea para a Avenida Koeler.

Compreendeu-se a história como uma construção cultural e inexata, cuja percepção se transforma com o distanciamento temporal. Essa visão possibilitou uma análise historiográfica que incluiu, além do estudo dos monumentos, o estudo das questões relativas à constituição do patrimônio e às respectivas ações de preservação.

O caminho escolhido teve como fio condutor a identificação com dois conceitos-chave, série e permanência, respectivamente nos trabalhos dos teóricos italianos da história da cidade Giulio Carlo Argan e Aldo Rossi.

Argan (1998) sugere que a história do urbanismo seria como uma história da arquitetura ampliada, enquanto a história da cidade implicaria na inclusão da participação do indivíduo, peça fundamental para que a obra de arte não se perca no tempo.

Entendendo esse indivíduo tanto como o produtor do objeto, quanto o produtor do texto crítico sobre o objeto. O objeto estaria sendo visto como a matéria criativa, no nosso caso a arquitetura, e o texto como o reconhecimento do status “arte” nesse objeto.

Seguindo essa linha de pensamento, escrever a história da Avenida Koeler incluindo a participação do “indivíduo produtor” é pretender contar a história da cidade em suas múltiplas possibilidades, utópica, projetada, construída, modificada, narrada e vivida.

A contribuição decisiva de Argan se deu na apresentação de um método de construção historiográfica que permitiria atingir os objetivos dessa pesquisa. O autor propõe que o historiador deve buscar um “nexo na série” e que apenas o discurso histórico o colocaria em evidência.

“Não é verdade que a arte é uma linguagem universal que todos podem entender. Qualquer pessoa pode admirar uma obra de arte, como qualquer pessoa pode divertir-se lendo uma descrição ou vendo um filme que represente a batalha de Waterloo. Mas apenas o historiador, que a situa numa série de fatos e deles percebe a necessidade para a continuação da série, entende o seu significado.” (ARGAN, 1998)

O autor Aldo Rossi ofereceu os elementos para uma análise segundo a proposta historiográfica escolhida. Suas discussões acerca do “fato urbano” e sua relação com as permanências da cidade possibilitaram a identificação dos eventos que constituem de forma decisiva a história da Avenida Koeler. Percebendo a cidade como artefato, as permanências são “um passado que ainda experimentamos”.

“Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me apenas à imagem visível da cidade e ao conjunto das suas arquiteturas, mas antes à arquitetura como construção da cidade no tempo. [...] ela remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente que esta vive.”  
(ROSSI, 2001)

Para Rossi (2001), o fato urbano seria o monumento que, caracterizado como um elemento primário, possui a qualidade de ser “gerador de uma forma da cidade”, capaz de “acelerar o processo de urbanização”.

O autor afirma que “a arquitetura dos fatos urbanos é a construção da cidade”, indissociável da política que emerge como um vínculo de caráter decisivo. A relação direta entre arquitetura e política permeou a análise dos diferentes tempos que atravessam a construção da Avenida Koeler.

Composta por vinte e seis (26) palacetes edificadas entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a Avenida Koeler pertence ao núcleo urbano original da cidade de Petrópolis (RJ), projetada pelo engenheiro militar Major Júlio Frederico Koeler, a pedido do Imperador do Brasil, D. Pedro II.

A via conserva seu traçado original e tem como limites espaciais, desde sua origem no chamado Plano Koeler, dois dos principais monumentos urbanos de Petrópolis. Em uma extremidade a Catedral São Pedro de Alcântara e na outra a Praça da Liberdade, principal área de lazer pública do centro da cidade.

O mesmo não ocorreu com as demais vias situadas em seu entorno. Na antiga Vila Imperial foram construídas inúmeras edificações de elevado gabarito, alterando bruscamente as relações de escala, a ambiência e percepção da paisagem e fragmentando a malha urbana da “Cidade Imperial”<sup>1</sup>.

Tratando-se da revisão bibliográfica, a principal dificuldade encontrada foi a escassa bibliografia básica. Nos trabalhos de Morley (2001) e Pedroso (2007), dentre outros autores, pode-se acessar a história geral da formação da cidade de Petrópolis e da elaboração do Plano Koeler, assuntos introdutórios para a compreensão da origem da Avenida Koeler, já que a mesma se insere nesse contexto, mas que não se aprofundam no objeto da presente pesquisa.

---

<sup>1</sup> O título *Cidade Imperial* foi concedido à cidade de Petrópolis no ano de 1980, através do Decreto Federal nº 90. (DUNLOP, 1986)

Raro foi o material encontrado especificamente sobre a Avenida Koeler, apenas uma publicação emergiu, tendo como autor Lorenço Luís Lacombe (1994) contendo fotografias e resumida descrição das edificações, no mesmo formato das fichas dos imóveis realizadas na década de 80 pelo Escritório Regional do IPHAN em Petrópolis.

Essa circunstância, só confrontada após o início da pesquisa da dissertação, foi compensada pela rica iconografia, que apresentou a possibilidade de uma leitura diferenciada das camadas históricas. Os registros feitos pelos fotógrafos imperiais Hess e Klumb da cidade de Petrópolis na segunda metade do século XIX, contribuíram para a identificação das primeiras edificações da Avenida Koeler e seu aspecto no século XIX. Completou o material que possibilitou as análises realizadas os relatos de época, de autoria dos memorialistas Taunay e Tinoco.

Sobre a sua formação e consolidação se apresentou a primeira questão do presente trabalho: Por que a Avenida Koeler, concebida no Império, é formada por palacetes cuja grande maioria não corresponde a esse período histórico?

O tombamento da Avenida ocorreu no ano de 1964, com a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como Conjunto Urbano-Paisagístico da Avenida Koeler. O Instituto Histórico de Petrópolis, a Prefeitura Municipal de Petrópolis e grandes personalidades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>2</sup>, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro e Paulo Thedim Barreto participaram desta ação.

Durante a análise do processo de tombamento da Avenida Koeler, duas questões fundamentais se apresentaram: a explícita negativa de atribuição de valor artístico e/ou histórico às edificações do conjunto e as razões que levaram o IPHAN a inscrever o bem no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico na década de 60.

Buscou-se entender o contexto histórico da produção arquitetônica classificada como eclética, a que correspondem à maioria das edificações da Koeler. Do levantamento do estado da arte do ecletismo veio o conhecimento da relação entre essa corrente e as duras críticas feitas pelos modernistas, seguida da revisão crítica iniciada nos anos 80.

As análises realizadas por Ribeiro (2007) esclareceram o funcionamento da estrutura interna do IPHAN na chamada fase heroica, durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre 1937 e 1967, e os valores atribuídos a um bem quando o mesmo era inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Acrescenta-se ainda que foi fundamental a compreensão do projeto de preservação empreendido pelo IPHAN nesses primeiros trinta anos, através do texto de Marques dos Santos (2007). Destacando a contribuição do autor ao

---

<sup>2</sup> Ao longo de sua história, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mudou de nome diversas vezes, sendo chamado no período do processo em questão, 1962 a 1964, de DPHAN. Nesse trabalho iremos nos referir ao órgão federal de proteção do patrimônio sempre com o nome atual, IPHAN.

identificar os deslocamentos do “sentido do patrimônio” na Europa e seus rebatimentos no Brasil.

O Conjunto da Avenida Koeler teve sua imagem reinventada, desde a sua origem no papel, passando pelo reconhecimento como patrimônio, até os dias atuais, quando a mudança de uso das edificações vem se apresentando como principal fator de preservação. A percepção desse movimento motivou a escolha da Avenida Koeler como objeto de estudo.

O trabalho de dissertação foi estruturado em três capítulos. O primeiro e o segundo tendo como base um método histórico, buscando identificar e conhecer através da pesquisa bibliográfica e iconográfica a origem e a consolidação do Conjunto da Avenida Koeler. O terceiro capítulo pretende delinear como a imagem do Conjunto da Avenida Koeler se apresenta no presente e, decifrando essa imagem, revelar seus sentidos e significados. Para isso, fez-se necessário o uso de uma metodologia empírica, abordando o objeto através de um olhar crítico e técnico que envolva a percepção e a observação do panorama atual.

A relevância do presente trabalho se justifica por sua participação na discussão teórica do patrimônio no Brasil e das relações da arquitetura e urbanismo provenientes do século XIX. Sua principal contribuição para o tempo presente está na reunião de relatos, documentos e imagens do passado bem como o registro de dados do presente, os quais juntos formaram uma coletânea que constitui a primeira bibliografia específica sobre o Conjunto tombado da Avenida Koeler e aumento da bibliografia sobre a cidade de Petrópolis em geral.

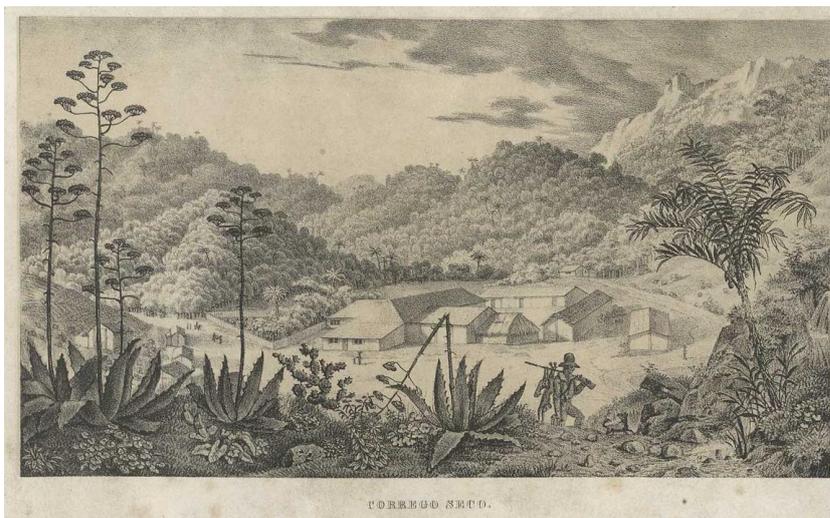
Considerando que toda história seria de fato uma construção feita por um ou mais indivíduos, segundo a mentalidade da época, pretende-se conhecer as forças que atuaram no decorrer dessa história, culminando na permanência do patrimônio da Avenida Koeler como o percebemos hoje, com sua “imagem do passado” ativa como monumento no presente da cidade.

## 1. A INVENÇÃO DA CIDADE

### 1.1 PETRÓPOLIS E O IMPERADOR

O núcleo urbano original da cidade de Petrópolis está situado na antiga Fazenda do Córrego Seco (fig.1), no alto da Serra da Estrela. A propriedade foi adquirida por D. Pedro I em 1830, com a intenção de construir um palácio de veraneio para a Família Imperial. Com aquisição de outras duas propriedades vizinhas, a área seria nomeada Fazenda da Concórdia<sup>3</sup> (MORLEY, 2001).

“Com a compra da fazenda do Córrego Seco, ia D. Pedro I realizar, enfim, o seu sonho de 1822: construir na nova propriedade o seu palácio de verão, ao qual daria o nome de Palácio da Concórdia, nome que também atribuiria à fazenda. O ideal da concórdia era, então, a grande preocupação de D. Pedro [...], estava ele certo de poder realizar a concórdia entre o trono e o povo brasileiro.” (LACOMBE, 2007)



**Figura 1** – Fazenda do Córrego Seco, gravura de Franz Xaver Nachtmann (s/d).

**Fonte:** Biblioteca Nacional.

---

<sup>3</sup> Com a não execução do projeto para o Palácio da Concórdia, as terras seguiram com o nome de Fazenda do Córrego Seco.

Ainda em 1830, o arquiteto da Casa Imperial, Pedro José Pezerat<sup>4</sup>, apresenta ao Imperador um detalhado orçamento indicando os serviços necessários para a execução do Palácio Imperial, o que evidencia a urgência na realização deste projeto (LACOMBE, 2007).

No entanto, em 1831, com as tensões políticas que levaram a abdicação do trono por D. Pedro I e seu retorno a Portugal, o desejo do pai só seria realizado anos mais tarde quando o filho, o jovem Imperador D. Pedro II, em posse do trono, dispusesse de sua propriedade.

Aos 18 anos, D. Pedro II deu início ao processo de construção não apenas de um palácio de veraneio, mas de todo um povoado que viria a se estabelecer ao redor deste. No ano de 1843, o Imperador, intermediado pelo Mordomo Imperial Paulo Barbosa, arrenda suas terras ao engenheiro militar Major Júlio Frederico Koeler<sup>5</sup>, solicitando que na Fazenda do Córrego Seco fossem criados o Palácio e a Colônia Imperial, incluindo a construção de uma Catedral em homenagem a São Pedro de Alcântara e um cemitério<sup>6</sup>.



**Figura 2** – Palácio Imperial, fotografia de Klumb (1870).

**Fonte:** Biblioteca Nacional.

---

<sup>4</sup> “Na década de 1820-1830, distinguiu-se, na arquitetura da Cidade, o arquiteto Pedro José Pézérat, contratado por Pedro I como seu arquiteto particular. Além das obras no Paço de S. Cristóvão e na Fazenda de Santa Cruz e do projeto (não executado) de um palácio para o Imperador em Petrópolis [...]” (SANTOS, 1977)

<sup>5</sup> “No decênio, 1830-1840, assinalam-se numerosas obras do engenheiro Julio Frederico Koeler, relacionadas por Guilherme Euler, dentre as quais, sem mencionar as cartas topográficas, relatórios e orçamentos, se contaram: Casa de Câmara e Cadeia para Maricá (1835); Casa de Correção para Niterói (idem); obras em Magé (1837); obras em Petrópolis, inclusive o Palácio Imperial. [...] (Koeler) projetou a Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado (1842), [...]. E, no mesmo ano, para a nova sede do Museu Nacional [...] colaborou com Grandjean na elaboração do respectivo projeto.” (SANTOS, 1977).

<sup>6</sup> O arrendamento da Fazenda do Córrego Seco pelo Imperador D. Pedro II ao Major Koeler foi realizado através do decreto imperial nº 155, de 16 de março de 1843, data que se comemora a fundação da cidade de Petrópolis. (LACOMBE, 2007)

Sendo assim, pode-se afirmar que o *fato urbano* que deu origem a cidade de Petrópolis foi o Palácio Imperial (fig.2), residência de veraneio do Imperador e atualmente o Museu Imperial<sup>7</sup>.

Seu projeto é de autoria do próprio Major Koeler, que deu início a sua construção em 1845. Com a morte de Koeler em 1847, apenas a ala direita do palácio fora executada. Segundo Lacombe (2007), após Koeler, trabalharam na construção do palácio os engenheiros José Alexandre Ribeiro Cime, Joaquim Cândido Guillobel e José Maria Jacinto Rebelo, e na decoração Manuel Araújo Porto-Alegre.

Entre 1847 e 1848 a Família Imperial ficou hospedada na sede da antiga Fazenda do Córrego Seco<sup>8</sup>. A partir de 1849, com o avanço na construção do Palácio Imperial, a Família Imperial passa a se instalar oficialmente em sua residência de veraneio.

O acesso à Petrópolis, que em seus primeiros anos era feito por barcos a vapor até o Porto da Estrela e depois seguindo em diligências ou a cavalo, teve progressivos investimentos, como a ligação feita à capital pela primeira estrada de ferro do país (fig.3).



**Figura 3** – Petrópolis, subida da serra, fotografia de Marc Ferrez (s/d).

**Fonte:** Biblioteca Nacional.

---

<sup>7</sup> Foi o Presidente Getúlio Vargas que, através do decreto-lei nº 2.096 de 1940, instituiu no antigo Palácio Imperial o atual Museu Imperial em Petrópolis (LACOMBE, 2007)

<sup>8</sup> A edificação, não remanescente, localizava-se na atual Rua Marechal Deodoro, no centro comercial de Petrópolis, onde hoje se encontra o edifício residencial Pio XII.

Em 1854, o empreendedor Visconde e Barão de Mauá construiu e inaugurou “A Estrada de Ferro de Mauá”, trecho inicial que ligava o porto da Estrela à Raiz da Serra. Em 1883, é inaugurada a “Estrada de Ferro Príncipe Grão-Pará”, que absorve a anterior e se estende até o Alto da Serra, na entrada da cidade de Petrópolis (TINOCO, 1885).

Além da ferrovia, também a primeira rodovia pavimentada do país partia da cidade. A Estrada União Indústria, ligando Petrópolis à Juiz de Fora, foi inaugurada em 1856, por Mariano Procópio Ferreira Lage (TINOCO, 1885). Juntamente com a ferrovia, a União Indústria reduziu consideravelmente o tempo gasto no percurso entre a capital e o interior.

“[...] o acesso pronto e fácil por uma estrada modelo e um povoado opulento fornecido de agradáveis moradas e bons hotéis, recortados de ruas largas e direitas, muito bem niveladas e macadamizadas, que ao longo dos rios sussurrantes, entre chácaras, pitorescos chalés e choças de colonos, conduzem a graciosas cascatas ou enlevantes pontos de vista.” (TAUNAY, 1862)

Como consequência da presença constante da Família Imperial, seguida da Corte, políticos e diplomatas, a cidade de Petrópolis inicia seu desenvolvimento como um cenário idealizado, um refúgio do calor excessivo e das doenças que assolavam o Rio de Janeiro.

Compondo a “utopia imperial” estava a mão de obra livre e branca formada pelos colonos europeus, em especial os alemães. Após a constatação da impossibilidade de uma colônia agrícola, tendo em vista que o solo não se mostrou fértil para a agricultura, os colonos superaram esse imprevisto com a criação de pequenas indústrias caseiras, provendo a cidade de produtos diferenciados e artesanais.

Surgiram ainda diversas cervejarias e reconhecidas instituições de ensino, além da consolidação do setor de hospedagem. A Rua do Imperador (fig.4) se tornou o polo comercial da cidade, com diversas instalações visando à prestação de serviços que atendessem às necessidades da elite.

“Geralmente na Rua do Imperador os edifícios servem antes para hotéis, oficinas, lojas, armazéns, padarias, tendas de carnicheiros, cocheiros, etc., do que para moradas: aí é o centro do movimento comercial e ambulatório da cidade, o ponto de reunião onde se tratam os negócios, se encontram os interessados: onde se esperam os carros que trazem passageiros, correspondências e novidades da capital; [...]” (TAUNAY, 1862)



**Figura 4** – Rua do Imperador, fotografia de Pedro Hess (1870).

**Fonte:** Biblioteca Nacional.

Ainda sob a tutela do Imperador, o potencial hidrográfico da cidade aliado ao fácil acesso pelas vias férreas, viabilizou a instalação de indústrias maiores, principalmente as têxteis, atraindo mão de obra e colocando Petrópolis em uma posição de destaque no desenvolvimento industrial do país.

Dentre as fábricas de tecidos criadas no período imperial podemos citar a Imperial Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara (1871), a Companhia Petropolitana de Tecidos (1873) e a Fábrica de Tecidos Dona Isabel (1889).

A rápida importância política, econômica e cultural adquirida por Petrópolis, elevada de colônia à cidade em apenas 14 anos (1843 – 1857)<sup>9</sup>, se deve, entre tantos fatores, principalmente ao apreço que D. Pedro II teve pela localidade. Sua presença durante os meses de verão transformava a cidade na capital do Império.

“A temporada petropolitana, o “verão imperial”, era bem mais longo que o normal. A subida dava-se, quase sempre, em novembro e somente em maio, muitas vezes em junho, retornava D. Pedro à sua Corte.” (LACOMBE, 2007)

---

<sup>9</sup> “[...] pela Lei provincial nº 961, de 29 de setembro de 1857, a povoação foi elevada à categoria de Cidade (sem passar pela de Vila, o que constituiu fato virgem no Brasil), [...]”. (DUNLOP, 1986)

Por quarenta anos D. Pedro II (1849 - 1889) veraneou em Petrópolis e de lá governou durante sua estadia, contribuindo para o desenvolvimento da cidade de forma incontestável. Foi em Petrópolis que o Imperador tomou conhecimento da Proclamação da República, em 1889.

Exilado logo em seguida, juntamente com a família imperial, o Imperador brasileiro morre em 1891.<sup>10</sup> Em seu diário no exílio, D. Pedro II deixou registrado: “O Brasil... minha bela pátria. Que saudades do Brasil tão bonito. Petrópolis... minha casa... meu jardim.” (DUNLOP, 1986)

Ambos cresceram juntos, Pedro e sua cidade<sup>11</sup>, as imagens entrelaçadas de tal forma que essa visão perdura até os dias atuais.

“O sentimento de viver em uma “Cidade Imperial” – com toda a carga simbólica embutida neste título conferido em anos recentes – está fortemente inserido no imaginário de seus habitantes e aparece, conscientemente ou não, em seu discurso.” (MORLEY, 2001)

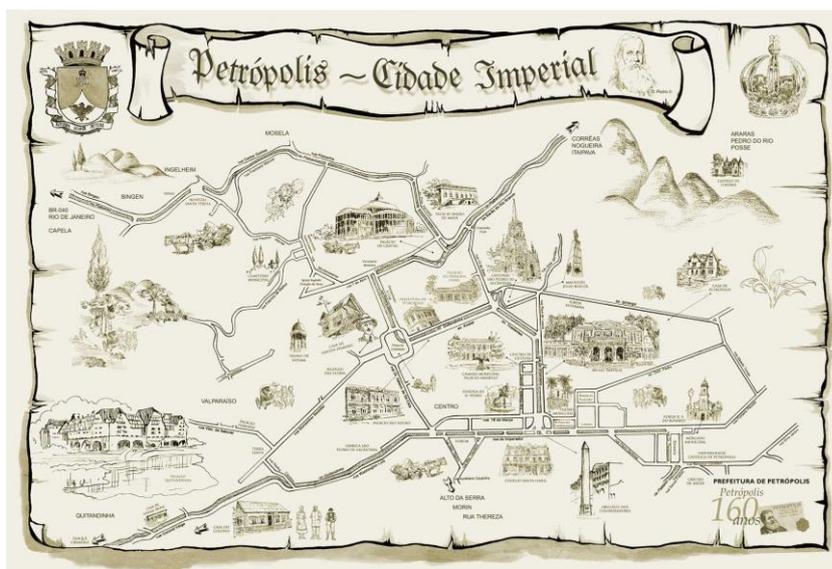


Figura 5 – Mapa comemorativo dos 160 anos de Petrópolis.

Fonte: Google Images.

<sup>10</sup> Os restos mortais do Imperador D. Pedro II, da Imperatriz Tereza Cristina, da sua filha Princesa Isabel e de seu genro Conde D’Eu repousam, desde 1939, na Catedral São Pedro de Alcântara em Petrópolis.

<sup>11</sup> Segundo Lacombe (2007), o nome da futura povoação teria sido sugestão de Paulo Barbosa. Lembrando-se de Petersburgo, que significa cidade de Pedro, e sendo o Imperador D. Pedro, o Mordomo Imperial recorreu ao latim: Petro (Pedro) + polis (cidade). Assim, a cidade foi batizada Petrópolis, cidade de Pedro II.

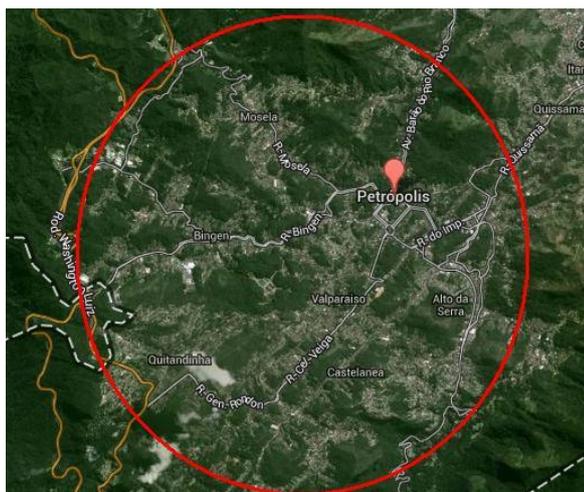
## 1.2 O PLANO KOELER E A VILA IMPERIAL

A cidade de Petrópolis teve sua origem no papel, fruto do desejo do Imperador D. Pedro II. Nasce a partir do projeto elaborado pelo Major Julio Frederico Koeler, traçado e executado em curto espaço de tempo - se considerados os recursos disponíveis na época - em um ambiente não construído.

O Major Koeler emigrou para o Brasil em 1828 e logo foi admitido como oficial do Corpo Imperial de Engenheiros, “em cuja corporação veio a conhecer e tornar-se amigo de Paulo Barbosa, brigadeiro dessa unidade militar” (LACOMBE, 2007). Entre 1832 e 1840, Koeler realiza grandes obras de engenharia, entre elas a estrada que ligaria o Porto da Estrela à Vila de Paraíba do Sul, passando pela Fazenda do Córrego Seco. Em 1840, o engenheiro alemão ingressa na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

“[...] pode-se pensar que Koeler, antes dedicado apenas a obras de engenharia, “forma-se” no neoclassicismo da Academia, inspirado por Grandjean de Montigny e outros, em data que coincide com o momento da elaboração do plano da Vila Imperial e do Palácio de Petrópolis.” (MORLEY, 2001)

Em 1841, o Major havia comprado a Fazenda Quitandinha, vizinha a Fazenda do Córrego Seco, e sobre a área correspondente a junção das duas fazendas (fig. 5) teria desenvolvido o futuro plano de ocupação urbana (SOARES, 2008). No entanto, a maioria dos autores pesquisados refere-se apenas ao nome Córrego Seco.



**Figura 5** – Perímetro provável da área resultante da Junção das Fazendas do Córrego Seco e Quitandinha.<sup>12</sup>

**Fonte:** Google Maps.

<sup>12</sup> Não foram encontradas referências aos limites exatos das Fazendas do Córrego Seco e Quitandinha.

Consta no arquivo da Cia Imobiliária de Petrópolis<sup>13</sup> um documento comprovando a doação pelo Major Koeler ao Imperador D. Pedro II, em 1846, da sua Fazenda Quitandinha (AULER, 2010). A justificativa dada para a doação da propriedade seria a necessidade de alojar um contingente muito maior que o esperado de colonos alemães, que teriam chegado à região no ano anterior.

Em 1843, já como o primeiro Superintendente da Fazenda Imperial, Koeler havia apresentado a Paulo Barbosa o documento intitulado *Recomendações*, contendo uma série de diretrizes para a ocupação do território. Segundo Pedrosa (2007), essas orientações podem ser consideradas o primeiro código de obras da cidade de Petrópolis e irão ajudar a compor o plano urbano hoje conhecido como *Plano Koeler*.

De acordo com a primeira planta da cidade executada por Koeler e datada de 1846 (fig.6), a área urbana de Petrópolis compreendia a Vila Imperial, tendo como polo irradiador o Palácio Imperial, e em seu entorno doze *Quarteirões*<sup>14</sup> destinados aos colonos.



**Figura 6** – Planta de Petrópolis, executada pelo Major Julio Frederico Koeler em 1846.

Fonte: Google Images.

<sup>13</sup> A Cia Imobiliária de Petrópolis é a herdeira da antiga administração da Fazenda Imperial.

<sup>14</sup> No Plano Koeler o termo Quarteirão se assemelha a concepção de bairro. Essa nomenclatura permanece ainda hoje em parte da cidade de Petrópolis.

Koeler nomeou onze quarteirões conforme a região de origem dos colonos alemães. São eles: Renânia, Westfália, Mosela, Bingen, Ingelheim, Siméria, Darmstadt, Woerstadt, Nassau, Palatinato, Worms. O último quarteirão foi nomeado Vila Tereza, uma homenagem à esposa de D. Pedro II, a Imperatriz Tereza Cristina.

Os Quarteirões foram dispostos ao longo da rede hidrográfica existente, constituindo um projeto urbano de implantação consoante com a geografia local, conceito materializado em sua forma orgânico-tentacular.

As vias foram implantadas nos vales, acompanhando os rios e evitando o corte dos morros. São três os principais rios que abrangem a área da cidade, o rio Palatino, antigo Córrego Seco, o rio Quitandinha e o rio Piabanha.

Os prazos de terras, ou lotes, foram divididos em três classes, criando uma hierarquia na qual o valor do solo aumentava conforme a proximidade com o Palácio Imperial.

“A terceira (classe) seria composta pelos (prazos) mais periféricos e afastados do núcleo da povoação. A segunda classe seria formada por prazos organizados em quarteirões, destinados essencialmente aos colonos germânicos, e que, junto com a primeira classe, a da Vila Imperial, formariam o núcleo urbano propriamente dito.” (PEDROSO, 2007)

Enquanto nos quarteirões os lotes eram arrendados aos imigrantes, na Vila Imperial os lotes teriam sido doados a um grupo de indivíduos escolhido pelo próprio Imperador, amigos e figuras influentes da época, “garantindo o perfil da vizinhança imediata do Palácio” (MORLEY, 2001).

Ainda em 1846, uma segunda planta foi elaborada por Koeler, apresentando em maior escala apenas a Vila Imperial (fig.7). Eixo viário significativo da Vila Imperial, principal núcleo urbano do Plano Koeler e da cidade de Petrópolis, a Avenida Koeler (A) teve sua importância garantida no papel, como via articuladora de dois significativos marcos urbanos, a Catedral São Pedro de Alcântara (B) e o Largo Dom Afonso (C), atual Praça da Liberdade.

Tendo em vista que o Major Koeler morreu precocemente em 1847, impedido de dar continuidade à execução de seu plano, uma segunda planta da cidade, a Planta da Imperial Colônia, é elaborada pelo engenheiro suíço Otto Reimarus no ano de 1854 (fig.8).

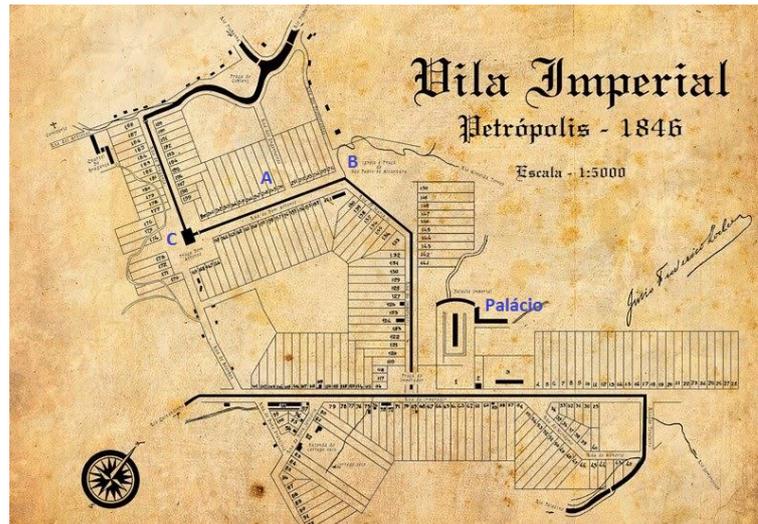


Figura 7 – Planta da Vila Imperial, executada pelo Major Julio Frederico Koeler em 1846.

Fonte: Google Images.

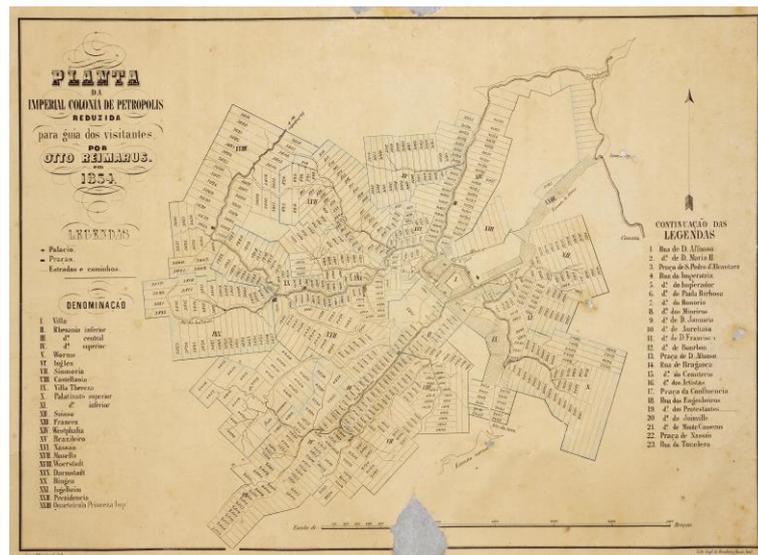
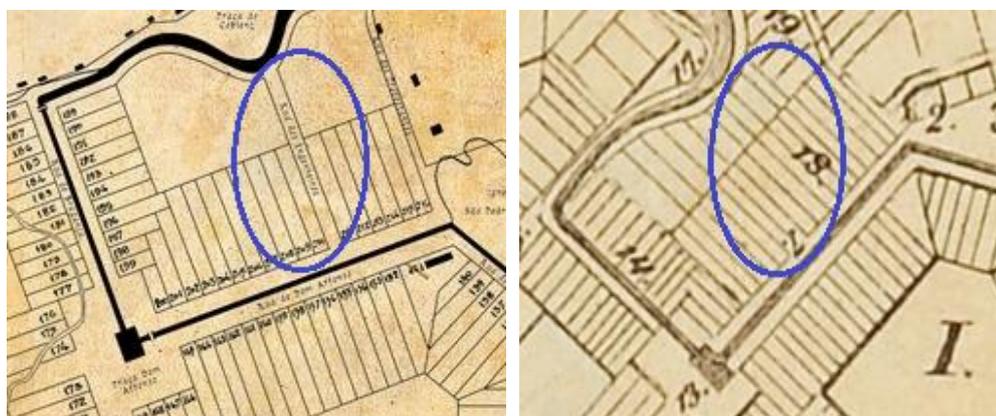


Figura 8 – Planta da Imperial Colônia de Petrópolis, executada por Otto Reimarus em 1854.

Fonte: Museu Imperial.

Em relação ao Plano Koeler, essa planta apresentou uma relevante expansão do território a ser ocupado, com a abertura de diversas vias através do corte dos morros e a criação de dez outros quarteirões. No caso específico da Avenida Koeler, a planta de Reimarus não apresentou alterações em relação ao traçado da via e aos marcos urbanos definidos pelo Plano Koeler.

No entanto, Reimarus realiza uma mudança pontual que muito contribuiu para a que o conjunto de edificações que viria a se formar décadas a frente possuisse unidade: a eliminação de uma via secundária que rompia com a continuidade dos lotes em uma das margens da Avenida Koeler (fig.9 e 10).



**Figura 9 e 10** – Detalhe das plantas de 1846 (no alto) e 1854 (embaixo), indicando o trecho suprimido por Reimarus na configuração da Avenida Koeler.

**Fonte:** Google Images e Museu Imperial.

As discussões levantadas e as experiências ocorridas no Velho Mundo, frutos da Revolução Industrial e seus reflexos na vida urbana, levaram no século XIX o desenvolvimento de uma nova ciência, o urbanismo. Os estudos encontrados apresentaram consenso quanto à influência que Koeler teria tido do pensamento europeu na elaboração de seu plano urbanístico para Petrópolis.

Entretanto, as opiniões dos autores estudados se mostraram conflituosas ao enquadrar o Plano Koeler em uma determinada concepção urbana progressista e/ou culturalista.

Soares (1995) encontra maior proximidade do Plano Koeler com o modelo culturalista, principalmente pela implantação harmoniosa do plano quanto ao sítio e pelas orientações relativas com a preservação do meio ambiente. Já Morley (2001) considera o plano extremamente rígido e considera as características de zoneamento e hierarquia como a prática de uma “geografia da exclusão”.

Pedroso (2007), que também cita os dois autores referidos em seu estudo, levanta a possibilidade de um plano “híbrido”, considerando que o Plano Koeler aliava dois pontos fundamentais, a racionalidade quanto a sua organização espacial e “um aspecto orgânico adaptado à topografia local”.

### 1.3 O LUGAR BUCÓLICO DO IMPÉRIO

Pela proximidade com o Imperador, foi erguido na Vila Imperial um conjunto de relevantes edificações por aqueles que possuíam capital e interesses políticos. No entanto, contrariando a distribuição de prazos (lotes) segundo as classes apresentadas pelo Plano Koeler, essas edificações de maior porte conviviam com as casas mais modestas (fig. 11).



**Figura 11** – Largo D. Afonso (Praça da Liberdade), fotografia de Klumb (1870).

**Fonte:** Instituto Moreira Salles.

“Cá algum figurão titular dessa ou daquela banda do atlântico, algum negociante de grosso trato, algum fazendeiro rico edificaram elegantes casas de campo; ao lado encolhe-se humildemente a casinhola de algum colono, ou de algum pequeno capitalista.” (TAUNAY, 1862)

O processo de consolidação do Conjunto da Avenida Koeler se deu lentamente. No plano físico, nos primeiros anos da cidade, a maioria dos lotes da Avenida Koeler ainda não havia sido ocupada por edificações relevantes. Auler (2010), ao levantar os registros das propriedades do Major Koeler em Petrópolis, verifica que Koeler possuía uma olaria no prazo 151<sup>15</sup> da Avenida Koeler, provavelmente com o intuito de atender a demanda das obras do Palácio Imperial.

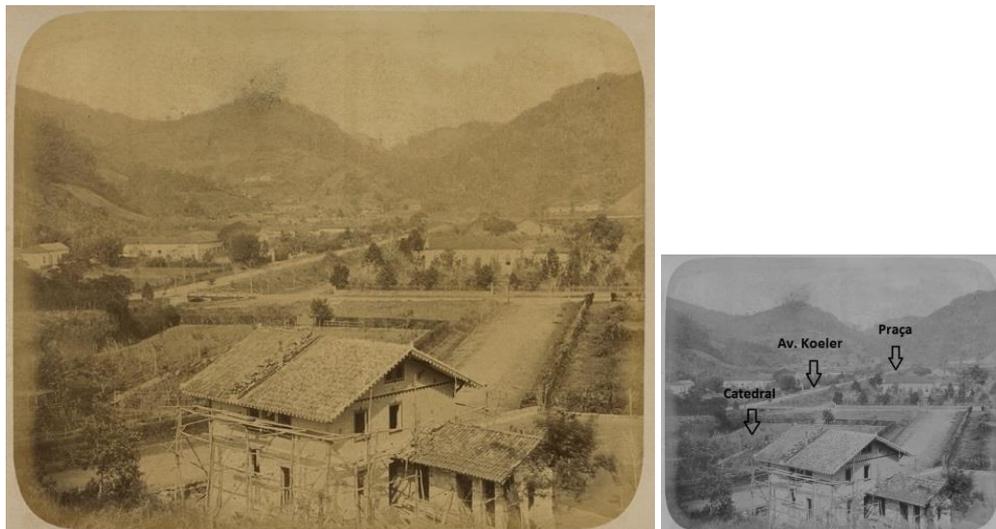
---

<sup>15</sup> Segundo Auler (2010), o prazo 151 seria o lote situado na esquina da Avenida Koeler (Rua D. Afonso) com a rua Tiradentes, que segue em direção ao Palácio Imperial.

Antes de se constituir em um local nobre, a Avenida Koeler teria tido um caráter mais rural ou simples. Na década de 60 do século XIX, o vazio ainda era um aspecto predominante e as obras públicas se encontravam em estágio inicial, como a retificação do rio Quitandinha e a arborização da via.

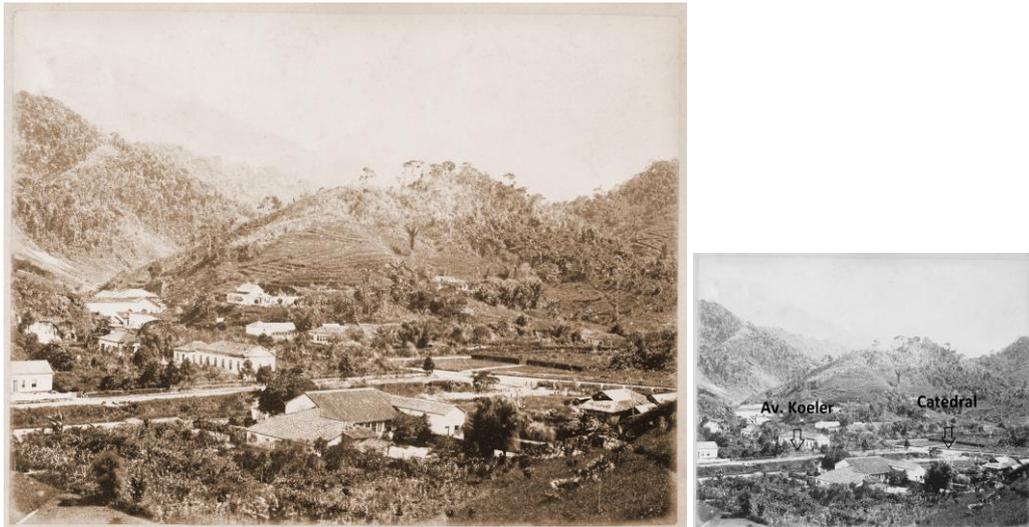
Esses dados puderam ser confirmados através da iconografia do período e do relato de viajantes que passaram pela cidade. No livro *Viagem Pitoresca a Petrópolis*, publicado em 1862, a descrição do autor Carlos Augusto Taunay vai de encontro com as imagens registradas pelos fotógrafos Pedro Hess e George Leuzinger (fig. 12 e 13) quanto à ambiência da cidade nas primeiras décadas desde sua origem:

“[...] exceto a Rua do Imperador, que algum tanto usurpa ares de cidade, oferecendo fileiras de prédios contíguos, com oficinas e armazéns, entre os quais alguns rivalizariam com os melhores do Rio de Janeiro, **as outras ruas não podem arvorar outra ambição senão a de pertencer à cidade campestre**. Praços ainda inocupados, posses abandonadas, jardins com cercados ou abertos, alternam com casas de aspecto mui contrastado, umas lindas e esquisitamente tratadas, outras menos que modestas, [...]” (TAUNAY, 1862 – grifo nosso)



**Figura 12** – Perspectiva da Avenida Koeler ao fundo, fotografia de Hess (1860-1870).

**Fonte:** Biblioteca Nacional.

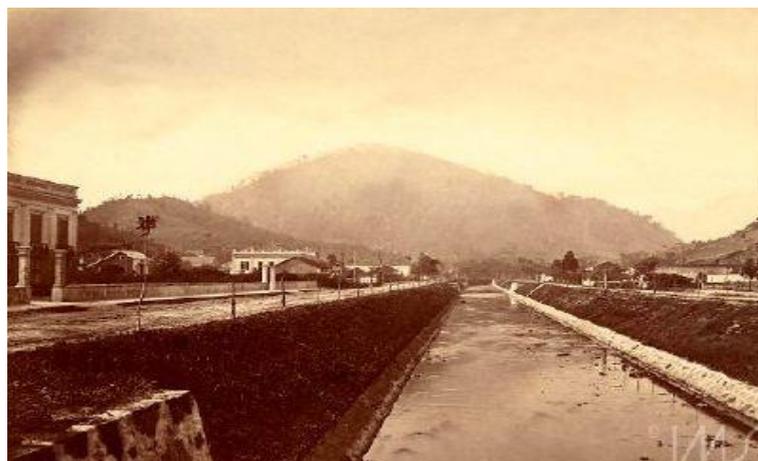


**Figura 13** – Avenida Koeler, fotografia de Leuzinger (1860-1870).

**Fonte:** Museu Imperial.

Os marcos urbanos que coroam a Avenida Koeler, a Praça da Liberdade e a Catedral São Pedro de Alcântara, só tiveram seus projetos elaborados e iniciados no final do Império, sendo efetivamente executados e concluídos já na República.

Em um intervalo de cerca de 40 anos, as áreas destinadas pelo Plano Koeler a esses significativos projetos permaneceram vazias (fig.14), um dos fatores que possivelmente contribuiu para certa desvalorização da via durante o período.



**Figura 14** – Perspectiva da Avenida Koeler, ao fundo vê-se a área destinada à construção da Catedral, fotografia de Klumb (1870).

**Fonte:** Instituto Moreira Salles.

Somente em 1876 foi lançada a primeira pedra fundamental da Catedral São Pedro de Alcântara, ainda sem projeto e recursos necessários para sua edificação. Em 1877, D. Pedro II solicitou à Frederico Roncetti um projeto para a Catedral, não executado devido ao elevado custo de construção.

O segundo projeto realizado corresponde a Francisco Monteiro Caminhoá, e só em 1883, depois de iniciada a preparação do terreno, decidiu-se que a fachada principal da Igreja faria frente para a Avenida Koeler (TINOCO, 1885).

A segunda e definitiva pedra fundamental foi lançada em 1884, sendo esta a data da fundação da igreja. A Catedral foi inaugurada em 1925, sem a torre, que só foi terminada em 1963 (SOARES, 2008).

Quanto ao Largo Dom Afonso, este teve um projeto elaborado pelo paisagista Auguste Marie Glaziou. Ao visitar a cidade de Petrópolis em 1886, Glaziou teria cedido o projeto à administração pública.

Em 1888, com a abolição da escravidão, o largo passou a se chamar “Praça da Liberdade”, tendo sido ali o local onde se reuniam ex-escravos para comprar a alforria daqueles que permaneciam presos nas senzalas (SOARES, 2008).

Dentro da área delimitada para a Praça da Liberdade, o rio Quitandinha faz uma curva, após cortar a Avenida Koeler e antes de seguir pela Avenida Roberto Silveira (fig.15). Ao longo da pesquisa não foram encontrados os desenhos originais do projeto elaborado por Glaziou para a praça.

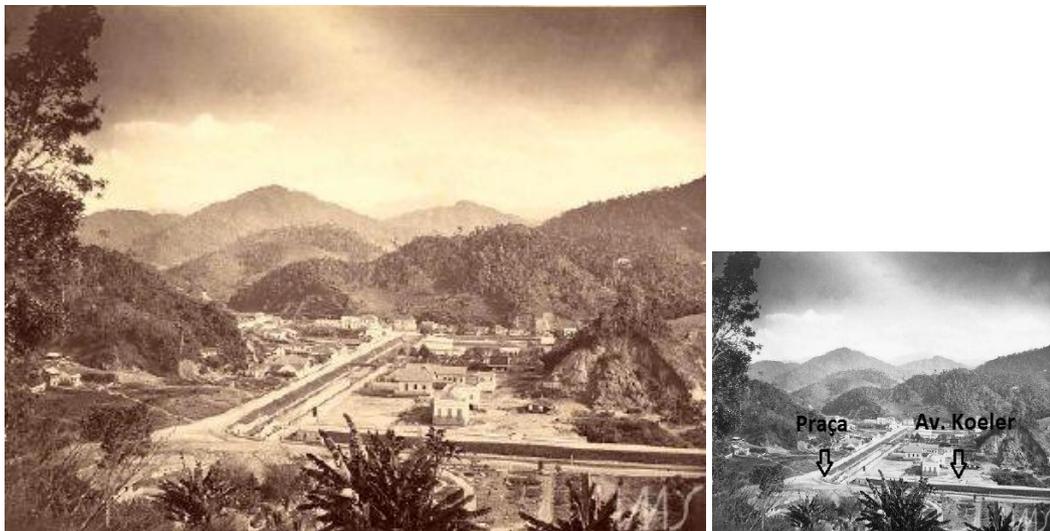


Figura 15 – Avenida Koeler e a Praça da Liberdade antes da execução do projeto.  
Fotografia de Klumb (1870).

**Fonte:** Instituto Moreira Salles.

Os lotes da Avenida Koeler, como dito anteriormente, foram reservados pela proximidade com o Palácio Imperial a pessoas influentes, donas de um capital que produziria naquele espaço requintados palacetes. As primeiras construções

nobres se darão nas extremidades da via, em alguns casos com a fachada principal voltada para as vias de encontro, como é o caso da residência do Barão de Pilar, identificada no relato de Taunay:

“Sôbre a praça de D. Pedro de Alcântara, na esquina das ruas dos Protestantes e de D. Afonso, **o prédio do barão do Pilar**, bem plantado, cercado de gradis com palacete no centro, chama a vista.” (TAUNAY, 1862 – grifo nosso)

O fato de algumas das edificações construídas nos lotes de esquina não terem sido implantadas com a fachada principal voltada para a Avenida Koeler, se apresenta como um indício de que, no período imperial, a via ainda não possuía o status que a consagraria décadas depois.

José Tinoco, no seu livro *Petrópolis – Guia de Viagem*, publicado em 1885, destaca algumas construções da cidade, dentre as quais três se localizam na Avenida Koeler, as residências do Barão do Catete, de Joaquim Passos e do Padre Bacelar.

“Há edifícios notáveis tanto pela elegância das construções como pelos belíssimos jardins, que fazem o encanto de quem os goza. Merecem menção as casas do **barão do Catete**, João Luís Tavares Guerra, J. M. Frias, Visconde de Carapebus, coronel Avelar, João Inácio Tavares, **Joaquim A. Passos, padre Bacelar**, Hotéis Orleans e Bragança, comendadores E. Wilson e Rêgo Faria, padres Paivas, e outras.” (TINOCO, 1885 – grifo nosso)

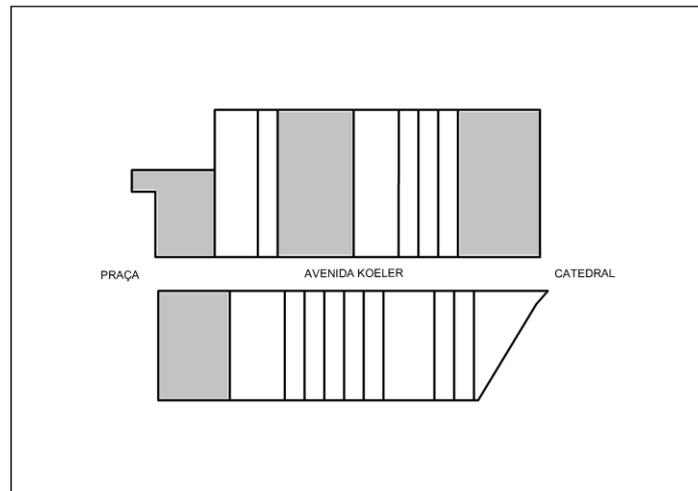
Com esses dados, foi possível identificar as primeiras edificações construídas na antiga Rua Dom Afonso e que integram o atual Conjunto da Avenida Koeler. Essas residências compartilham uma estética nos padrões do neoclassicismo, que no Brasil teria sido adotado pela monarquia para a sua representação (PEDROSO, 2007).

Eleito o estilo oficial do Império, o neoclassicismo no Brasil já apresentava características do ecletismo, com certa influência do romantismo inglês mediado por Portugal além das próprias tendências portuguesas, a azulejaria, as telhas esmaltadas, o gosto pelo exótico e por motivos orientais na decoração.

Dentre as *Recomendações* do Plano Koeler para a Vila Imperial constavam a limitação da junção de lotes em até duas unidades e a impossibilidade de desmembramento dos mesmos no sentido transversal.

No caso da Avenida Koeler, já nas primeiras ocupações, essas orientações não foram seguidas, o que possibilitou a construção de edificações ocupando áreas equivalentes a três ou quatro lotes originais (fig.16).

Essas áreas correspondem exatamente às propriedades identificadas como as mais antigas pertencentes ao Conjunto da Avenida Koeler, que só seria consolidado nas primeiras décadas do século XX.



**Figura 16** – Esquema realizado com base na planta de Reimarus (1854) identificando as áreas onde ocorreram junções de mais de dois lotes originais.

Fonte: TORRE, 2014.

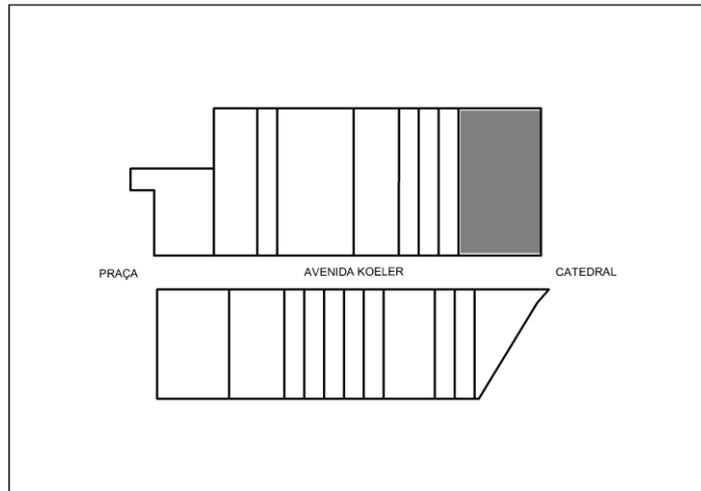
Também foram identificadas como pertencentes à fase final do Império, as construções românticas do tipo chalé, muito comuns no fim do século XIX e presentes em grande número, até os dias atuais, na cidade de Petrópolis. Serviram de orientação para a inclusão dessas construções as datações nas fachadas e a tipologia similar.

A tipologia dos chalés parece pertinente com a percepção de que, durante o período imperial, a Avenida Koeler, bem como outras vias da cidade, possuía um aspecto campestre.

### **Arquitetura no Império**

#### *KOELER, 42 (1850 - 1860)*

Tendo com base as fotos e os relatos do viajante, a construção correspondente ao nº 42 da Avenida Koeler seria a mais antiga entre as edificações que formam o conjunto atualmente. O primeiro corpo da atual edificação foi construído por José Pedro de Mota Saião, o Barão do Pilar, após a aquisição do último de seus quatro lotes na dita via em 1853 (fig.18).



**Figura 17** – Lote nº 42.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 18** – Residência do Barão do Pilar.

**Fonte:** Google Images (s/d).

Foi alugada pela Princesa Isabel e pelo Conde D’Eu no ano de 1874, que a compraram em 1876. A Princesa realizou uma grande reforma em 1877, com a construção de um corpo anexo contendo dois pavimentos e seguindo a estética neoclássica (fig. 19). Aparecem no frontão da fachada principal as iniciais I e G, de Isabel e Gastão (fig.20).



**Figura 19** – Palacete da Princesa Isabel, fachada principal voltada para a Catedral.

**Fonte:** TORRE, 2012.



**Figura 20** – Palacete da Princesa Isabel, vista do acesso pela Avenida Koeler.

**Fonte:** TORRE, 2012.

Essa é a única edificação de todo o conjunto formado pela Avenida Koeler a possuir proteção isolada através da inscrição em 1938 nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes.<sup>16</sup> No entanto teve seus lotes desmembrados e vendidos no mesmo ano, perdendo trecho significativo do jardim do palacete.

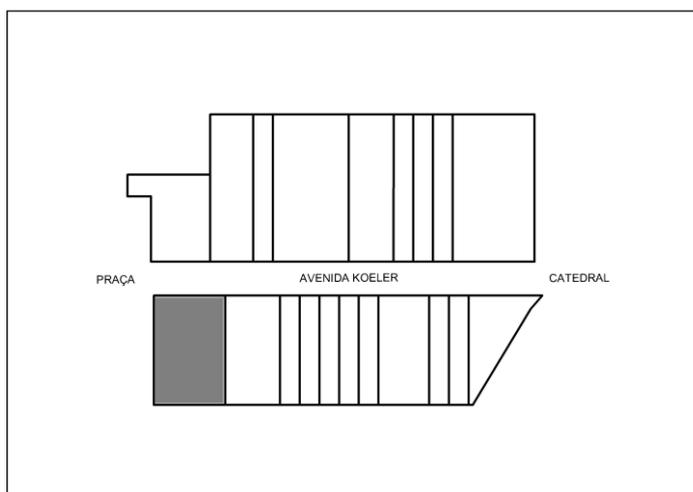
Exilada a Família Imperial, a residência foi alugada para diversos diplomatas e posteriormente alguns colégios, permanecendo até hoje como propriedade dos herdeiros. Em 1952 passou a funcionar ali, após grandes reformas, a sede da Companhia Imobiliária de Petrópolis. (LACOMBE, 1994)

---

<sup>16</sup> Processo nº 194-T-39

*KOELER, 341/365 (1860 – 1870)*

O Palacete foi erguido entre os anos 60 e 70 do século XIX pelo Monsenhor Bacelar (fig.22), padre morador da cidade e que construiu inúmeras residências na cidade de Petrópolis, entre elas o antigo hotel Orleans, hoje ocupado pela Universidade Católica de Petrópolis.



**Figura 21** – Lote nº 341/365.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 22** – Residência de Monsenhor Bacelar, fotografia de Klumb (1870).

**Fonte:** Instituto Moreira Salles.

Como será visto no capítulo seguinte, a residência foi sede do Governo do Estado entre 1894 e 1896, quando Petrópolis era a Capital do Estado.

Posteriormente, seu terreno foi desmembrado e vendido. No seu expressivo jardim frontal foi erguida, em 1901, outra construção, a Vila Itararé (fig.23). Com isso, o palacete perdeu sua visibilidade e seu acesso passou a ser feito pela Praça da Liberdade, na lateral do lote original.

Atualmente pertence à Família Franklin Sampaio e se encontra em estado de abandono (fig.24).



**Figura 23** – Ocupação da frente do antigo lote pela Vila Itararé.

**Fonte:** TORRE, 2012.

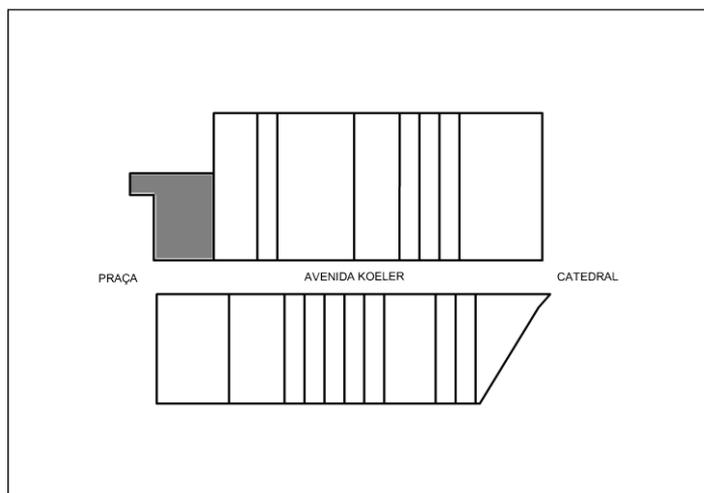


**Figura 24** – Casa Franklin Sampaio.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 376 (1875)*

O palacete foi construído por Joaquim Antônio dos Passos, comendador e comerciante de café, em 1875 (fig.25). Segundo Lacombe (1994), consta em artigo de Gilberto Ferrez, publicado em 1948 no anuário do Museu Imperial, que a Princesa Isabel propôs a Joaquim dos Passos que caso construísse “casa boa e grandiosa” receberia uma comenda. A Família Passos residiu ali até 1890. A casa foi sendo vendida e permaneceu como residência até o início do século XXI, quando foi restaurada para abrigar o atual hotel, o Solar do Império (fig.26 e 27).



**Figura 24** – Lote nº 376.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 25** – Detalhe do gradil de ferro com o ano da edificação.

**Fonte:** TORRE, 2012.



**Figura 26** – Hotel Solar do Império, vista da Praça da Liberdade.

**Fonte:** TORRE, 2012.



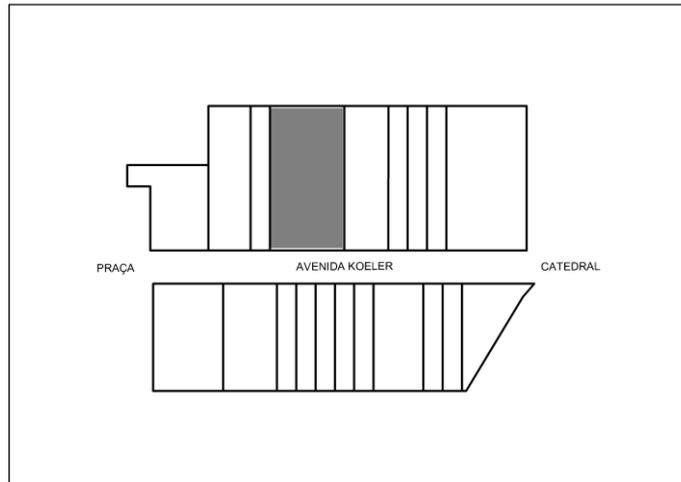
**Figura 27** – Hotel Solar do Império, vista da Avenida Koeler.

**Fonte:** TORRE, 2012.

### *KOELER, 260 (1870 - 1880)*

O Palacete 260 foi construído pelo Barão do Catete, pela iconografia vemos que por algum tempo a edificação possuiu apenas o pavimento térreo (fig.29), sendo posteriormente, no período republicano, elevado o pavimento superior.

O Palacete teve vários usos, desde palácio de veraneio dos presidentes no início da República, antes da aquisição do Palácio Rio Negro, até sede de educandário religioso entre 1907 e 1970.



**Figura 28** – Lote nº 260.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 29** – Residência do Barão do Catete (s/d).

**Fonte:** Museu Imperial.

Existe um anexo no mesmo terreno (fig.31), que segue linhas similares ao palacete, mas não possui a mesma qualidade quanto à execução ou acabamentos. Essa edificação provavelmente teria sido construída para atender ao aumento na demanda das atividades escolares. Nela ficavam uma capela e as demais salas de aula.

As variações percebidas nos elementos de composição das fachadas do anexo, como as esquadrias e a decoração mais trabalhada no térreo do volume que se projeta em relação ao corpo do edifício, podem indicar que esse anexo foi construído em duas ou mais fases devido aos diferentes usos.

Na década de 60 do século XX, o Palacete 260 foi o pivô do processo de tombamento da Avenida Koeler, como veremos no terceiro capítulo. Desde 1995 é a sede da Prefeitura Municipal de Petrópolis (fig.30), que o nomeou Palácio Sérgio Fadel, em homenagem a um ex-prefeito da cidade.



**Figura 30** – Palácio Sérgio Fadel, sede da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

**Fonte:** TORRE, 2012.

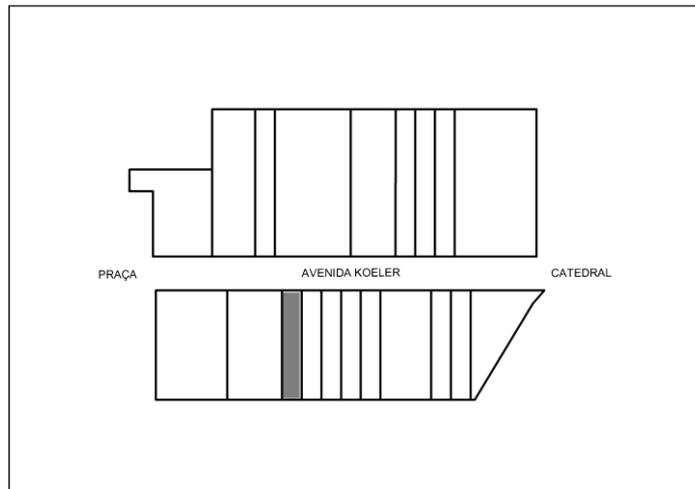


**Figura 31** – Anexo do Palácio.

**Fonte:** TORRE, 2012.

KOELER, 233/255 (1884)

Presume-se que a construção da edificação tenha ocorrido em 1884, pela data gravada na fachada principal (fig.34). Pertence atualmente ao complexo de edificações do Palácio Rio Negro. Não foram encontradas informações consistentes sobre o histórico da edificação. O Chalé Amarelo encontra-se fechado e em estado de degradação (fig.35).



**Figura 32** – Lote nº 233/255.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 33** – Foto do Relatório realizado durante o Processo de Tombamento.

**Fonte:** IPHAN, 1962.



**Figura 34** – Detalhe do medalhão decorativo contendo o ano da edificação.

**Fonte:** FERRARI, 2013.

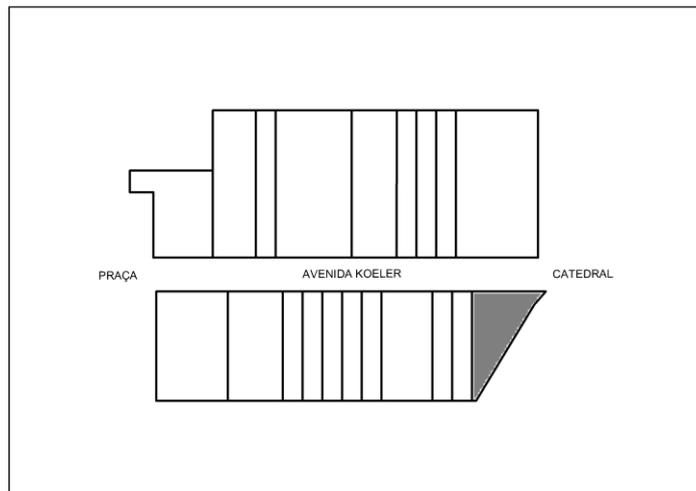


**Figura 35** – Chalé Amarelo.

**Fonte:** ALTOÉ, 2014.

*KOELER, 61 (1885)*

A edificação foi construída por Honório de Paiva Coutinho em terreno adquirido no ano de 1884 (LACOMBE, 1994). Consta no frontispício da fachada principal da edificação a inscrição “1885”, data provável da sua construção.



**Figura 36** – Lote nº 61.

**Fonte:** TORRE, 2014.

Sofreu significativas modificações na fachada, como podemos ver observando a fotografia tirada em 1962 (fig.37), que integra o processo de tombamento do IPHAN, e a foto atual (fig.38). Foram removidos elementos em argamassa e inserida uma varanda com gradil no pavimento térreo.



**Figura 37** – Foto integrante do Relatório Técnico realizado durante o Processo de Tombamento.

**Fonte:** IPHAN, 1962.

Em 2012, passou a abrigar o atual Hotel Casablanca, rede que possui outros três empreendimentos de hotelaria no centro de Petrópolis.



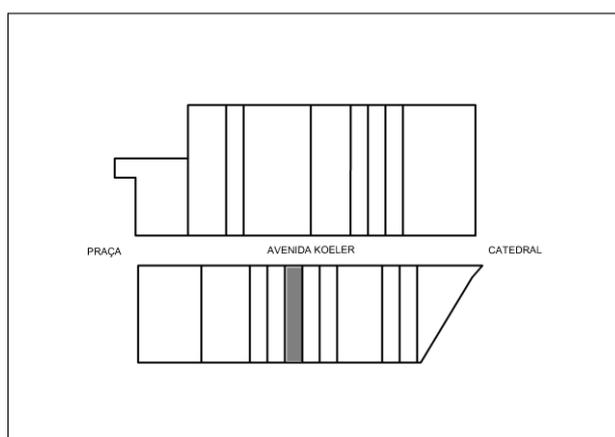
**Figura 38** – Hotel Casablanca.

**Fonte:** TORRE, 2012.

Não se sabe se esse era o aspecto original da antiga residência, com isso há a possibilidade tanto da reforma ter sido uma alteração como uma recuperação do projeto inicial. A datação na fachada pode ter sido inserida nesse período, já que não aparece na foto de 1962.

*KOELER, 215 (1890)*

O Chalé Rosa pertenceu ao Comendador Manuel Dias da Cruz, Barão da Saúde. Segundo Lacombe (1994), a descrição da edificação aparece em registro de cartório no ano de 1890. Ainda hoje permanece o uso residencial da edificação, uma das mais bem conservadas da via.



**Figura 39** – Lote nº 215.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 40** – Foto do Relatório realizado durante o Processo de Tombamento.

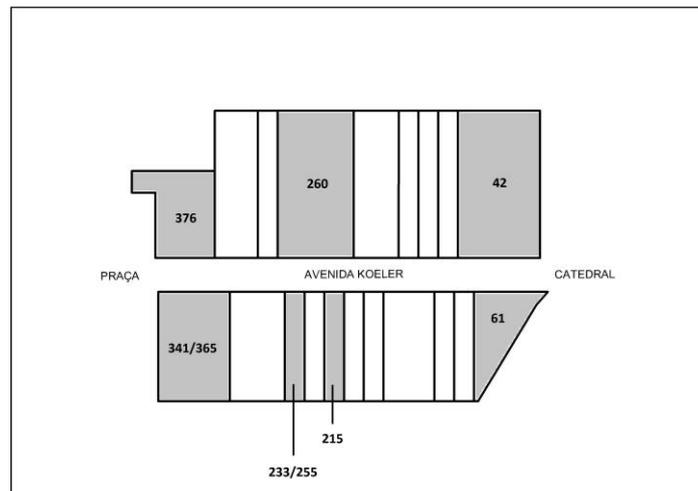
**Fonte:** IPHAN, 1962.



**Figura 41** – Chalé Rosa.

**Fonte:** TORRE, 2012.

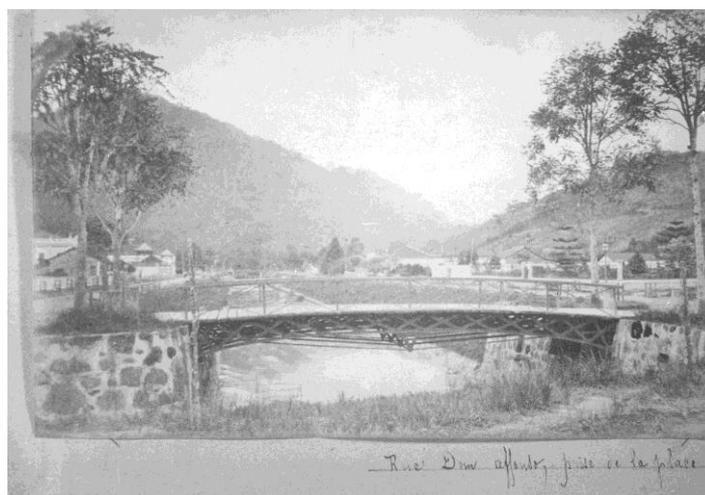
Com a construção de sete (7) das vinte e seis (26) edificações que compõem o Conjunto que seria tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 60 do século XX, a Avenida Koeler começa a tomar forma (fig.45).



**Figura 42** – Ocupação dos lotes da Avenida Koeler pelas edificações construídas durante o Império.

**Fonte:** TORRE, 2014.

O tratamento dado às margens do rio Quitandinha (fig.43), com o plantio das árvores e acabamento em pedras, a criação de pontes ligando os dois lados da via e a apresentação dos projetos para a Catedral São Pedro de Alcântara e a Praça da Liberdade se apresentam como fatores determinantes para a mudança da paisagem e valorização do espaço.



**Figura 43** – Vista da Avenida Koeler a partir da Praça da Liberdade (s/d).

**Fonte:** Museu Imperial

O aceleramento desse processo de transformação na ambiência do lugar poderia estar ligado à Princesa Isabel, já que em 1876 a filha do Imperador compra a construção mais antiga do Conjunto da Avenida Koeler, residência que anteriormente pertencia ao Barão do Pilar.

Fato é que nos trinta primeiros anos da cidade (1846 – 1976) a Avenida Koeler manteve certo ar de abandono, situação essa revertida em pouco mais de dez anos. No final do Império, a via se apresenta como um lugar bucólico, onde o homem e a natureza convivem em aparente harmonia, e a rua que ficaria conhecida como “a mais bela Rua da Cidade Imperial” (Lacombe, 1994) enfim poderia ser vislumbrada (fig.44).



**Figura 44** – Avenida Koeler, pintura de Caroline Gower (1882).

**Fonte:** Museu Imperial.

## 2. O PODER NA FORMAÇÃO

### 2.1 A RUA DA CAPITAL DO ESTADO

Em 1889, com a proclamação da República e o conseqüente exílio da Família Imperial, receosa de que a cidade de Petrópolis perdesse prestígio, a Câmara Municipal de Petrópolis decidiu alterar o nome de todas as ruas vinculadas às figuras do Império.

Nesse momento, a Avenida Koeler deixa de se chamar Rua Dom Afonso para adquirir o nome de Avenida 28 de Setembro (SOARES, 2008), em homenagem a data em foi promulgada a *Lei do Ventre Livre*<sup>17</sup>, 28 de setembro de 1871.

Apesar dos temores, Petrópolis manteve o processo crescente de expansão urbana ligada a vilegiatura<sup>18</sup>, sendo frequentada pelos membros da antiga Corte, políticos e diplomatas, assim como a elite burguesa ligada ao café, base econômica do Estado.

Dentre os fatores que contribuíram para o contínuo desenvolvimento da cidade destaca-se a proximidade com o Rio de Janeiro, através da ligação direta pela linha férrea e a presença frequente das doenças ligadas ao clima quente no então Distrito Federal, das quais Petrópolis se mantinha imune.

“[...] Petrópolis contou sempre, nos momentos oportunos, com um aliado lúgubre para o seu desenvolvimento: a febre amarela. Aparecida pela primeira vez em 1850 no Brasil [...]. Durante o começo da era republicana, a mesma doença indesejável se fazia aparecer no verão [...]. Mais próxima, mais progressista, Petrópolis era a mais beneficiada.” (FRÓES, 1996)

No entanto, as maiores transformações políticas e espaciais viriam com o advento da Revolta da Armada. Em setembro de 1893, a cidade de Niterói, Capital do Estado, se encontrava em difícil posição, sitiada e sem comunicações marítimas com o Rio de Janeiro. “Navios de guerra que se encontravam na baía de Guanabara, insurgiram-se contra o governo do Marechal Floriano Peixoto.” (FRÓES, 1996)

---

<sup>17</sup> A Lei do Ventre Livre determinou que todos os filhos de mulheres escravas nascidos daquela data em diante seriam considerados livres.

<sup>18</sup> O conceito de vilegiatura tem origem nas vilas de recreio da aristocracia e é entendido como “segunda residência de descanso”, diferenciando-se do turismo. (AMBROSIO, 2013)

Como medida provisória, em janeiro de 1894, a Capital do Estado é transferida de Niterói para Petrópolis. Em outubro do mesmo ano é aprovada a lei que torna Petrópolis em Capital definitiva do Estado, situação política que se estenderá por quase dez anos<sup>19</sup>.

No ano seguinte, em 1895, a então Avenida 28 de setembro passa a se chamar Avenida Koeler (fig.45), em homenagem ao Major Koeler, autor do plano urbano da cidade de Petrópolis.



**Figura 45** – Início da Avenida Koeler, destaque para a placa com o nome da via.

**Fonte:** Museu Imperial.

A primeira sede do Governo do Estado em Petrópolis se instala na Avenida Koeler nº 341/365, em palacete erguido pelo Monsenhor Bacelar (FRÓES, 1996), uma das edificações mais nobres e antigas da via (fig.46), localizada na esquina com a Praça da Liberdade, como visto no capítulo anterior.

Em 1896, o Governo do Estado terá como segunda sede o Palácio Rio Negro (fig. 47), localizado também na Avenida Koeler, e ali permanecerá até o retorno da Capital para Niterói, em 1903. Depois disso, o Palácio Rio Negro vai a leilão e, adquirido pela União, torna-se a residência oficial de verão dos presidentes da República (SOARES, 2008).

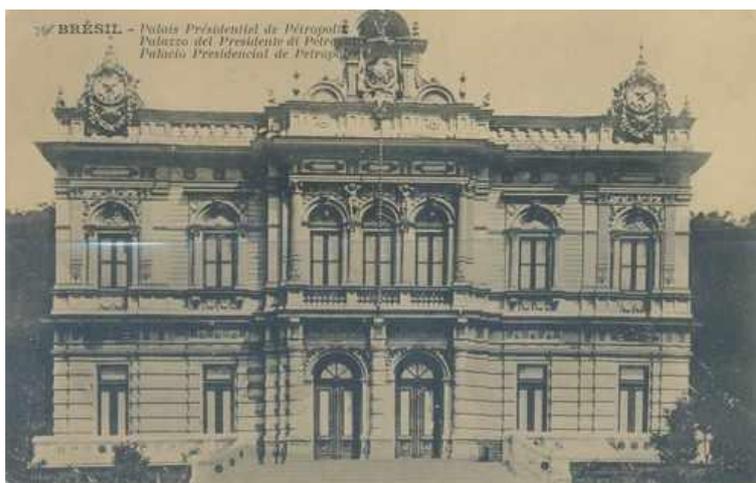
---

<sup>19</sup> A Revolta da Armada teve fim em março de 1894. Em agosto de 1902 é aprovada a lei que autoriza o retorno da capital à Niterói, no entanto a mudança efetiva das repartições só ocorreu em junho de 1903. (FRÓES, 1996)



**Figura 46** – Primeira sede do Governo do Estado na Avenida Koeler.

**Fonte:** Museu Imperial.



**Figura 47** – Palácio Rio Negro.

**Fonte:** Google Images.

A temporada de veraneio presidencial tem início com Rodrigues Alves, sendo frequente a presença dos demais Presidentes da República, em especial Getúlio Vargas. Foi Vargas que, através do decreto-lei nº 2.096 de 1940, criou no antigo Palácio Imperial o atual Museu Imperial em Petrópolis (LACOMBE, 2007).

Sendo o Rio de Janeiro o Distrito Federal do país, com o Palácio de Verão dos presidentes localizado na Avenida Koeler, Petrópolis continua a crescer como refúgio das classes abastadas.

A execução dos projetos dos marcos urbanos que limitam as extremidades da via, a Catedral São Pedro de Alcântara (fig.48) e a Praça da Liberdade são consequências da presença desse poder, contribuindo para a consolidação do Conjunto da Avenida Koeler.



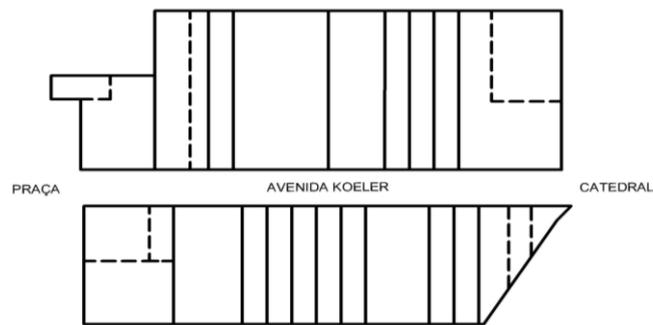
**Figura 48** – Perspectiva da Avenida Koeler, ao fundo vê-se a Catedral ainda sem a torre, fotografia de Haack (s/d).

**Fonte:** Museu Imperial.

Pode-se presumir que, nas primeiras décadas da República, o status que a Rua da Imperatriz possuía no período do Império, por abrigar o Palácio Imperial, foi transferido para a Avenida Koeler. O fato de abrigar a sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro atribuiu à via o valor de espaço político mais representativo da cidade.

Esse fator se constitui em um segundo fato urbano significativo para a Avenida Koeler. Segundo Rossi (2001), não apenas monumentos, bem como eventos marcantes relacionados a um determinado lugar, podem ser considerados fatos urbanos, contanto que provoquem uma reverberação no entorno que interfira na sua espacialidade.

No caso da Avenida Koeler, a vinda da Capital para a cidade de Petrópolis se apresenta como uma ação catalizadora, tendo como consequência a valorização do solo. Isso é demonstrado através do parcelamento do solo (fig.49) ocorrido a partir da instalação da sede do Governo Estado. As construções em lotes desmembrados aparecem inclusive no sentido transversal, em desacordo com as Recomendações do Plano Koeler.



**Figura 49** – Indicação em tracejado do desmembramento dos lotes.

**Fonte:** TORRE, 2014.

## 2.2 O CENÁRIO NOBRE DA REPÚBLICA

No lugar dos lotes vazios e das casas simples presentes no Império surgem novas edificações que alteraram drasticamente a ambiência do lugar. Com a construção de um cenário no qual a arquitetura atravessaria o campo das necessidades para o campo das possibilidades, a Avenida Koeler adquiriu o caráter nobre que posteriormente a consagraria como cartão postal da cidade de Petrópolis.

Assim como o Império se utilizou dos moldes neoclássicos para sua representação na arquitetura, a República elegeu o ecletismo para suas edificações.

“Se no Rio de Janeiro do final do Império considerava-se que o objetivo dos monumentos era “sugerir, inspirar, comover”, aos palácios da Capital da República cabe agora o papel de “representar”. O conteúdo, a mensagem ideológica e estética, são substituídos pela ênfase tipológica: o que mais importa, é que cada edifício seja logo reconhecível [...]” (DEL BRENN, 1987)

O autor Luciano Patetta<sup>20</sup> (1987) esclarece que o ecletismo foi a cultura arquitetônica de uma classe burguesa ansiosa por conforto, novidades e modismos. As exigências dessa classe levaram a grandes transformações na arquitetura, o avanço das instalações sanitárias da casa, novas técnicas, outras

<sup>20</sup> Professor de História da Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Politécnica de Milão. Autor de ensaios, publicados na Itália, Espanha e Argentina sobre a arquitetura do século XIX e do período entre guerras.

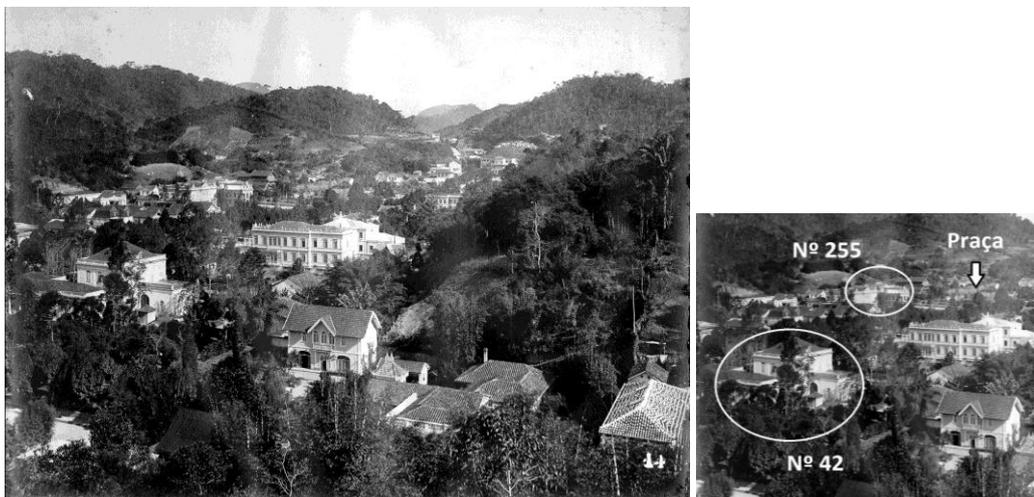
formas de distribuição interna das edificações e significativas alterações tipológicas.

Com um amplo repertório de influências distintas, a arquitetura eclética se tornou muito popular já que, além de ter o apoio da Academia, atendia perfeitamente aos desejos da clientela burguesa, satisfeita em escolher o estilo que mais lhe agradava.

Essa tendência se materializou nas demais residências edificadas na Avenida Koeler, formando uma verdadeira vitrine das possibilidades estéticas da arquitetura no Brasil na virada do século XIX para o século XX.

“Eclética seria, num sentido estrito, a arquitetura que associa num mesmo edifício referências estilística de diferentes origens. Entretanto no Brasil [...], convencionou-se usar o termo numa acepção mais elástica para designar a produção da arquitetura inspirada pela academia após o declínio do neoclassicismo.” (ROCHA-PEIXOTO, 2000)

Espaços públicos e privados investiram em projetos paisagísticos, dando nova forma ao lugar onde o descampado do Império seria substituído por uma densa arborização e jardins cuidadosamente planejados (fig. 50). A imagem da Avenida Koeler seria enfim consolidada como Conjunto, configurando o espaço no qual se apresenta a unidade entre arquitetura, urbanismo e paisagismo.



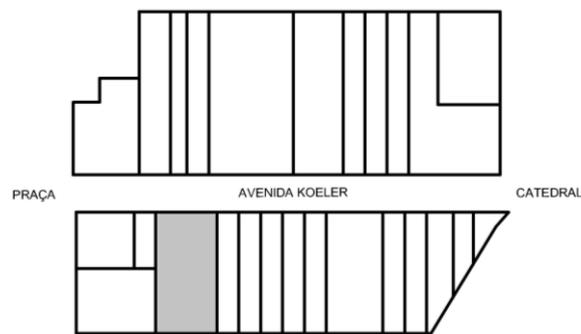
**Figura 50** – Vista da Avenida Koeler.

**Fonte:** Museu Imperial.

## Arquitetura na República

*KOELER, 297 e 319 (1889)*

Os prazos de terra foram aforados em 1877 e adquiridos pelo Barão do Rio Negro em 1889. (LACOMBE, 1994) As duas edificações principais foram construídas pelo próprio Barão do Rio Negro, sendo a de nº 319 para seu filho. O Barão e sua família usufruíram seus palacetes por poucos anos, já que em 1894 os mesmos foram vendidos ao Governo do Estado para sua segunda sede.



**Figura 51** – Lote nº 297/319.

Fonte: TORRE, 2014.

Com a transferência da capital de Petrópolis para Niterói, o conjunto de edificações passou a pertencer ao Governo Federal em 1904, servindo de residência de veraneio dos Presidentes da República por muitas décadas. Durante esse período, o Palácio Rio Negro (fig.52) sofreu algumas modificações na fachada, a mais visível na platibanda do prédio, que teve seus ornamentos simplificados.

Atualmente no Palácio Rio negro funciona um museu, enquanto o palacete de nº 319 permanece fechado. No fundo dos lotes, fica uma edificação conhecida como “Casa da Guarda” e que há alguns anos passou a sediar o escritório regional do IPHAN em Petrópolis.



**Figura 52** – Palácio Rio Negro.

**Fonte:** TORRE, 2012.

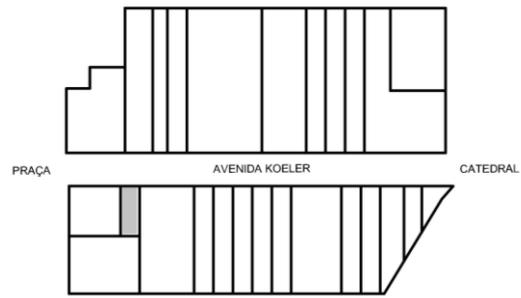


**Figura 53** – Palacete nº 319.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 341 (Final do séc. XIX)*

O Palacete nomeado Vila Esperança foi construído por José Carlos Figueiredo, em terreno que pertenceu a João Teixeira Soares, o Barão de Águas Claras. (LACOMBE, 1994) A edificação teve como proprietário o ex-prefeito da cidade de Petrópolis, Sérgio Fadel. Atualmente é propriedade da Prefeitura Municipal.



**Figura 54** – Lote nº 341.

Fonte: TORRE, 2014.



**Figura 55** – Foto do Relatório realizado durante o Processo de Tombamento.

Fonte: IPHAN, 1962.

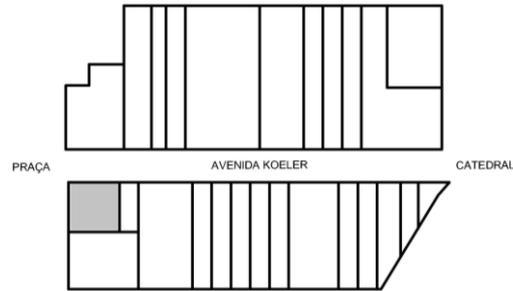


**Figura 56** – Vila Esperança.

Fonte: ALTOÉ, 2014.

*KOELER, 365 (1901)*

O Palacete nomeado Vila Itararé, foi construído em 1901 por Antônio Roxo Rodrigues, o Príncipe de Belford. O terreno da edificação, como já visto, é resultado de um desmembramento do lote que pertenceu ao Monsenhor Bacelar. Foi adquirido pelo Príncipe de Belford em 1890, vendido pelo Barão de Águas Claras. (LACOMBE, 1994) Permanece até os dias atuais o uso residencial.



**Figura 57** – Lote nº 365.

Fonte: TORRE, 2014.



**Figura 58** – Vila Itararé, vista da Avenida Koeler.

Fonte: TORRE, 2012.

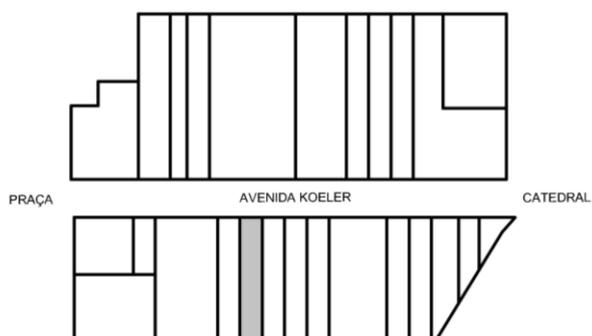


**Figura 59** – Vila Itararé, vista da Praça da Liberdade.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 233 (final do séc. XIX)*

Atualmente é sede do Banco Santander. Sofreu significativas mudanças internas para adequação ao novo uso. Ainda não foram encontradas informações consistentes sobre o histórico da edificação.



**Figura 60** – Lote nº 233.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 61** – Foto integrante do Relatório Técnico realizado durante o Processo de Tombamento.

**Fonte:** IPHAN, 1962.

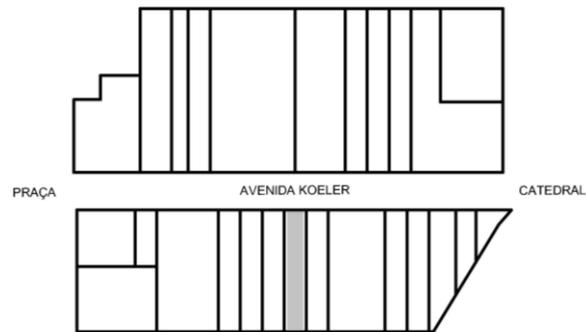


**Figura 62** – Banco Santander

**Fonte:** ALTOÉ, 2014.

*KOELER, 187 (Início do séc. XX)*

Segundo Lacombe (1994), a residência foi adquirida em 1915 pelos herdeiros da Viscondessa de Ubá, aparecendo em escritura pública de compra no ano de 1918. Atualmente funciona na edificação a Escola de línguas da rede CCAA.



**Figura 63** – Lote nº 187.

Fonte: TORRE, 2014.

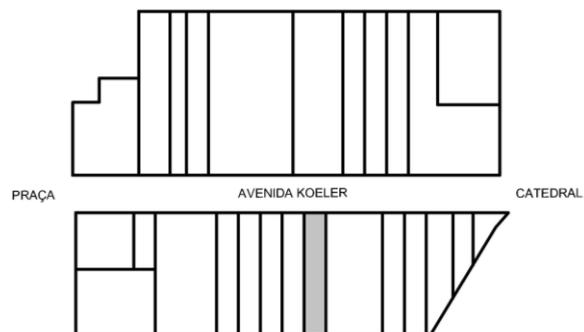


**Figura 64** – Escola de línguas CCAA.

Fonte: TORRE, 2012.

*KOELER, 167 (Início do séc. XX)*

Segundo Lacombe (1994), a edificação foi construída provavelmente pelo médico Vicente Cândido de Figueiredo de Sabóia, o Visconde de Sabóia. Desde 1999, é a sede da Justiça Federal em Petrópolis.



**Figura 65** – Lote nº 167.

Fonte: TORRE, 2014.

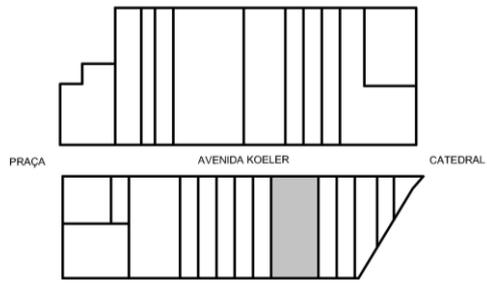


**Figura 66** – Justiça Federal.

Fonte: TORRE, 2012.

*KOELER, 135 (final do séc. XIX)*

Atualmente é sede do Colégio Alaor. Não foram encontradas informações consistentes sobre o histórico da edificação.



**Figura 67** – Lote nº 135.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 68** – Foto integrante do Relatório Técnico realizado durante o Processo de Tombamento.

**Fonte:** IPHAN, 1962.

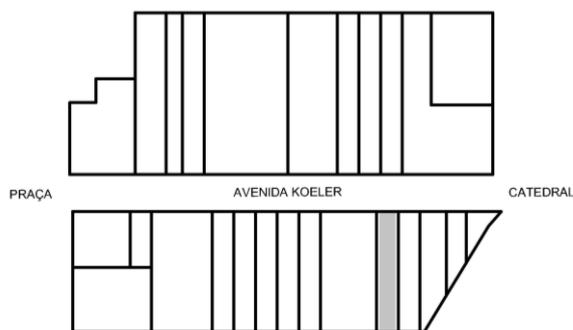


**Figura 69** – Colégio Alaor.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 99 e 109 (Final do séc. XIX)*

O Palacete foi uma das edificações construídas por Albert Landsberg. Em 1955, foi desmembrado em duas casas. A residência de nº 99 permaneceu como propriedade da Família Landsberg até 1966. (LACOMBE, 1994)



**Figura 70** – Lote nº 99/109.

**Fonte:** TORRE, 2014.

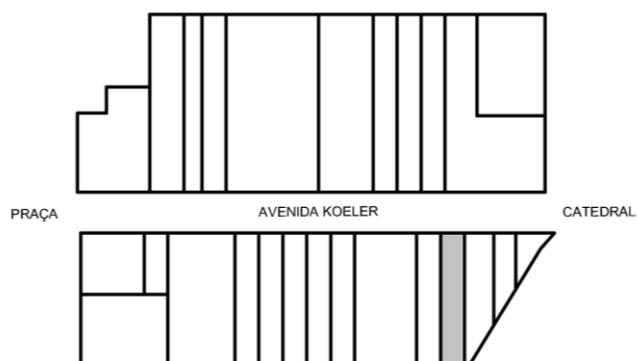


**Figura 71** – Pousada Monte Imperial.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 87 (Final do séc. XIX)*

A edificação foi construída originalmente como duas casas geminadas por Alberto Landsberg, financista alemão. Além do lote no qual foi edificada esta residência, Landsberg adquiriu outros quatro lotes no final do século XIX na Avenida Koeler. (LACOMBE, 1994) Em 2012, a residência foi ocupada pela Escola de Ensino Fundamental Crescer.



**Figura 72** – Lote nº 87.

**Fonte:** TORRE, 2014.

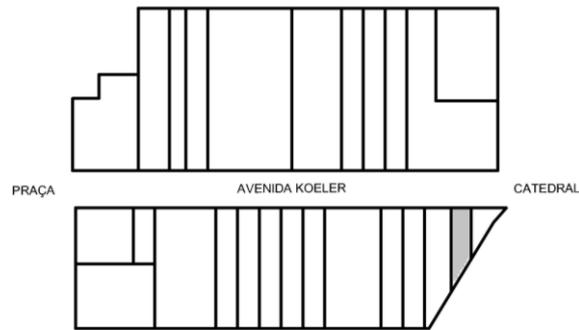


**Figura 73** – Escola Crescer.

**Fonte:** ALTOÉ, 2014.

*KOELER, 33 e 43 (Início do séc. XX)*

O Palacete foi construído pelo Conde da Mota Maia. Edificada como um único volume, a construção abriga duas residências. Manteve-se até então o uso residencial em ambas propriedades.



**Figura 74** – Lote nº 33/43.

**Fonte:** TORRE, 2014.

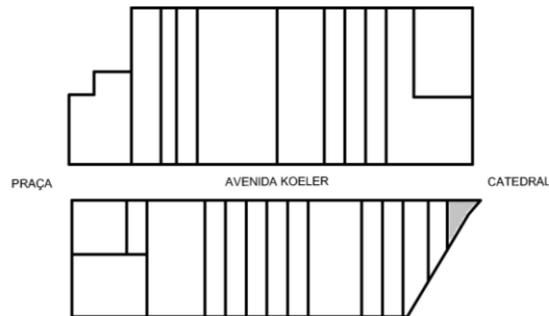


**Figura 75** – Palacete geminado.

**Fonte:** ALTOÉ, 2014.

*KOELER, 21 (Início do séc. XX)*

Segundo Lacombe (1994), a edificação foi construída provavelmente pelo Conde da Mota Maia. Nos anos 90 do século XX se encontrava em grave processo de degradação. Na primeira década do século XXI passou por grandes reformas para adequação do prédio ao atual uso, uma clínica de tratamento de estética chamada Clínica da Pele.



**Figura 76** – Lote nº 21.

**Fonte:** TORRE, 2014.

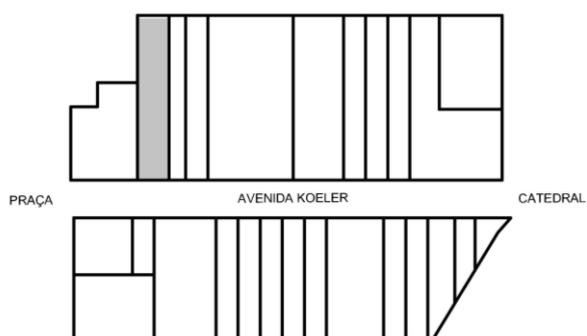


**Figura 77** – Clínica da Pele.

**Fonte:** ALTOÉ, 2014.

*KOELER, 324 (1920)*

O Palacete foi construído provavelmente pela Família Voigt e consta em registro de imóveis do ano de 1920. (LACOMBE, 1994) A edificação mantém até os dias atuais o uso residencial.



**Figura 78** – Lote nº 324.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 79** – Vista da fachada principal.

**Fonte:** TORRE, 2012.

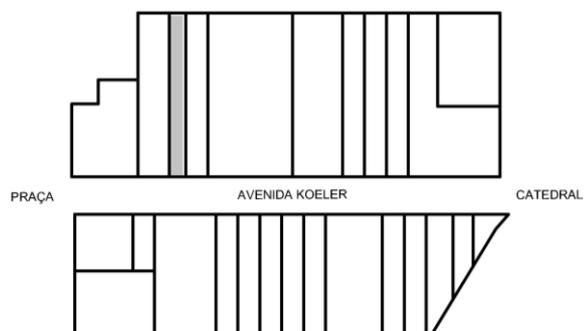


**Figura 80** – Vista da fachada lateral.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 296 (Início do séc. XX)*

Lacombe (1994) descreve ter sido encontrada no 2º Ofício de Notas de Petrópolis descrição a respeito do lote com data de 1925. No entanto não fica claro se nessa data o lote já havia sido edificado. A edificação mantém até os dias atuais o uso residencial.



**Figura 81** – Lote nº 296.

**Fonte:** TORRE, 2014.



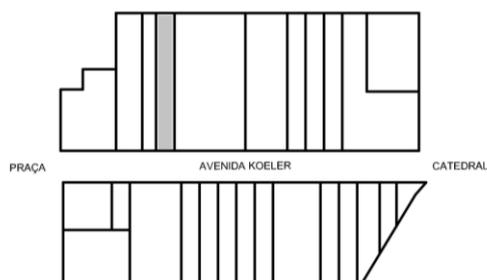
**Figura 82** – Residência.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 280 (Demolida)*

A visita realizada ao escritório regional do IPHAN em Petrópolis no ano de 2011 resultou em um restrito material para pesquisa sobre a Avenida Koeler. Uma coletânea de fichas elaboradas da década de 80 do século XX, contendo uma fotografia de cada imóvel seguida de sucinta descrição de suas características estéticas. No caso do número 280 da Avenida Koeler consta na respectiva ficha a seguinte descrição:

“Construção primitiva demolida para dar lugar à futura edificação, atualmente em início.” (IPHAN, 1985)



**Figura 83** – Lote nº 280.

**Fonte:** TORRE, 2014.

Lacombe (1994) relata a existência de um pequeno chalé e que o lote de número 280 aguardaria a construção de nova edificação, após a fase de projeto, já em andamento naquele momento.

Vemos que por quase dez anos (1985 – 1994) existiu a ideia de se construir um novo projeto no local da edificação que fora demolida. No entanto, décadas depois, no ano de 2013, nada foi construído e permanece degradado o pequeno chalé aos fundos do terreno (fig.85).



**Figura 84** – Estacionamento da Prefeitura Municipal, vista da Avenida Koeler.

**Fonte:** TORRE, 2012.

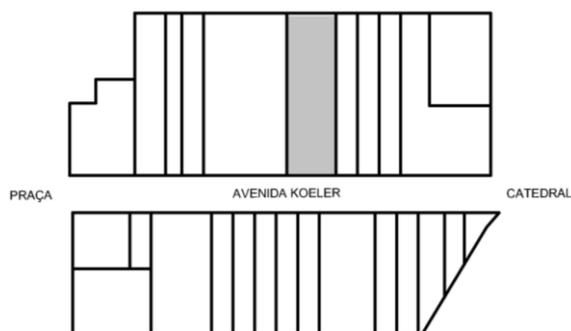


**Figura 85** – Pequeno chalé remanescente ao fundo.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 190 (Início do séc. XX)*

Construída provavelmente por Francisco Belisário Soares de Souza. Falecido em 1890, a propriedade foi comprada pelo Barão de Jaceguay. (LACOMBE, 1994) A edificação mantém até os dias atuais o uso residencial.



**Figura 86** – Lote nº 190.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 87** – Foto integrante do Relatório Técnico realizado durante o Processo de Tombamento.

**Fonte:** IPHAN, 1962.

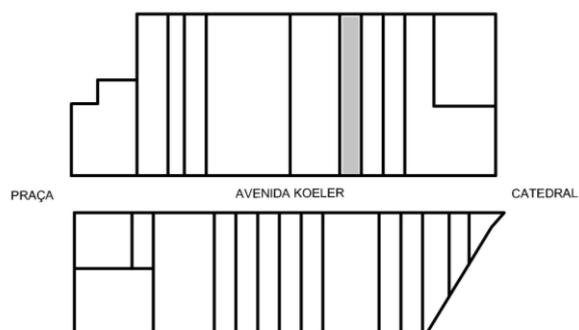


**Figura 88** – Residência.

**Fonte:** ALTOÉ, 2014.

*KOELER, 144 (final do séc. XIX)*

Comprada por Albert Landsberg em 1890, a edificação foi construída por Francisco Ferreira Abreu, o Barão de Petrópolis. (LACOMBE, 1994) O Palacete, ao que tudo indica, se encontra fechado, mas permanece com o uso residencial.



**Figura 89** – Lote nº 144.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 90** – Foto integrante do Relatório Técnico realizado durante o Processo de Tombamento.

**Fonte:** IPHAN, 1962.

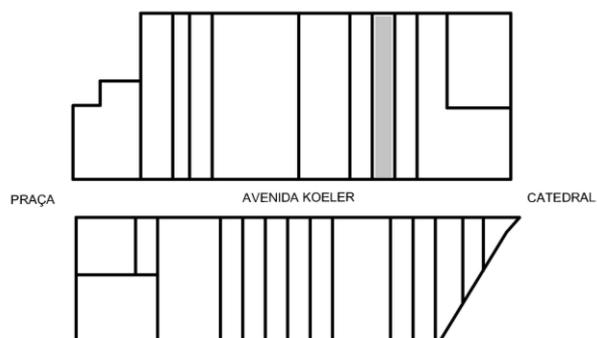


**Figura 91** – Residência.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 130/114 (final do séc. XIX)*

Lacombe (1994) conta que a residência foi construída por Henrique Kremer, mas não informa o ano. O terreno foi adquirido de Pedro Alcântara Belagarde em 1854. Na edificação constam duas casas, que correspondem aos números 114 e 130, ambas permanecem como residência.



**Figura 92** – Lote nº 130/114.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 93** – Foto integrante do Relatório Técnico realizado durante o Processo de Tombamento.

**Fonte:** IPHAN, 1962.

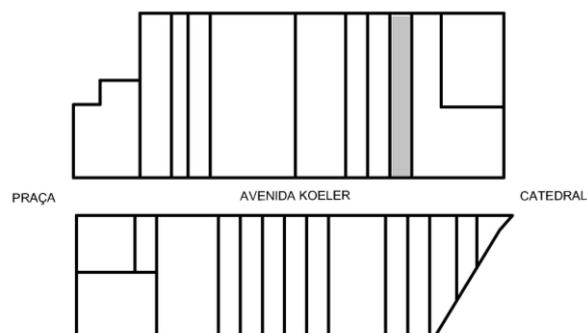


**Figura 96** – Residência.

**Fonte:** TORRE, 2012.

*KOELER, 108 (1933)*

Segundo Lacombe (1994) essa residência teria sido a última construção edificada na Avenida Koeler, tendo como autor do projeto o arquiteto Sebastião A. da Rocha. A edificação mantém até os dias atuais o uso residencial.



**Figura 97** – Lote nº 108.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 98** – Residência.

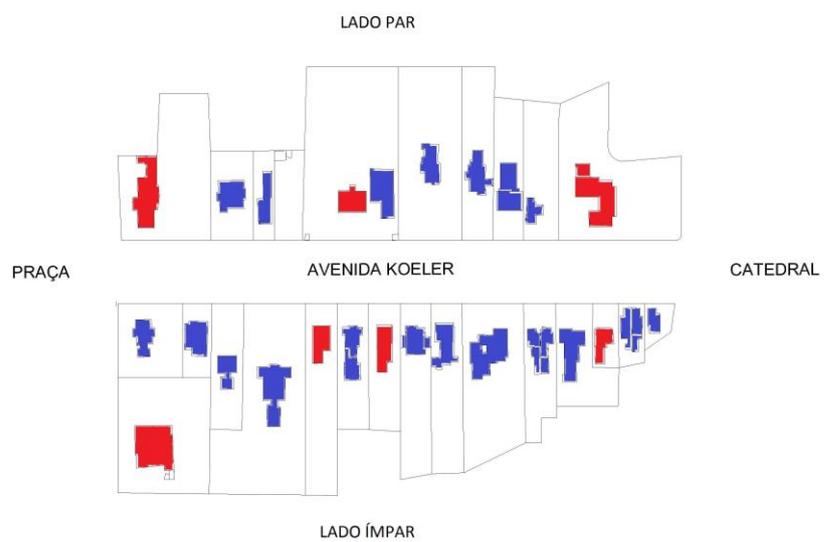
**Fonte:** ALTOÉ, 2014.



**Figura 99** – Residência.

**Fonte:** TORRE, 2012.

O Conjunto da Avenida Koeler é o resultado da malha urbana implantada pelo Império aliada, em grande parte, a representação arquitetônica da República. É na República que a Avenida Koeler consolida definitivamente seu atual conjunto arquitetônico, com a construção de dezenove (19) das suas vinte e seis (26) edificações. É produção harmônica que materializa, ironicamente, a conturbada transição do poder político do país.



**Figura 100** – Residências edificadas no Império em vermelho e na República em azul.

**Fonte:** TORRE, 2014.



**Figura 101** – Perspectiva da Avenida Koeler nos primeiros anos do Séc. XX.

**Fonte:** Museu Imperial.

### 2.3 A AMEAÇA DA PERDA

Com a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília na década de 60 do século XX, Petrópolis entrará em uma nova fase, refletindo não mais o presente, mas o passado político do país.

“[...] Petrópolis vê aos poucos apagar o seu brilho. Os presidentes deixaram de frequentar a cidade durante o verão, com poucas e raras exceções.”  
(SOARES, 2008)

No ano de 1962, o comerciante Eduardo Simão adquire a propriedade de nº 260 da Avenida Koeler para no lugar do palacete existente construir um conjunto de blocos de apartamentos. Lourenço Luis Lacombe<sup>21</sup>, Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP)<sup>22</sup>, conhecendo as intenções do novo proprietário de demolir o Palacete nº 260 (fig.102), dá início ao Processo de Tombamento do Conjunto da Avenida Koeler enviando um ofício ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



**Figura 102** – Palacete nº 260

**Fonte:** IPHAN, 1962.

<sup>21</sup> Lourenço Luis Lacombe (1914 – 1994) foi historiador, membro do IHGB e do conselho consultivo do IPHAN (1968 – 1991) e diretor do Museu imperial (1967 – 1990). (CHUVA, 2009)

<sup>22</sup> O Instituto Histórico de Petrópolis foi fundado por um grupo de intelectuais no ano de 1938 com o objetivo de realizar estudos históricos e preservar o patrimônio da cidade. Desde 1981 funciona na Casa Cláudio de Souza. Disponível em <http://www.ihp.org.br> Acesso em 10 de maio de 2012.

Nesse ofício, considerando que a edificação possuía valor artístico e histórico, Lacombe solicita ao Diretor do IPHAN e também membro do IHP, Rodrigo Mello Franco de Andrade, “estudar a conveniência de proteger, na forma da lei um dos mais interessantes solares petropolitanos [...] um palacete de linhas sóbrias, construído em centro de terreno”. (IPHAN, 1962, fl.01)

Entre outros usos, destaca que o imóvel havia servido de palácio presidencial, embaixada da França e sede de consagrada instituição educacional local, o Colégio São José, ressaltando não apenas o valor artístico, mas principalmente o valor histórico deste palacete.

Lacombe relata a importância de outras edificações localizadas na Avenida e será o primeiro a sugerir um tombamento em conjunto:

“Justificando o pedido que nesta oportunidade faz o Instituto Histórico de Petrópolis, de proteção a esse prédio, atrevo-me a consultá-lo se não seria o caso de tomar toda a Avenida Koeler e a Praça da Princesa Isabel, preservando assim esse conjunto que tem como limites a catedral de Petrópolis e a Universidade Católica.” (IPHAN, 1962, fl.02)

Entende-se que a iniciativa de Lacombe e do IHP em defesa do patrimônio edificado da cidade de Petrópolis constitui uma “ação cidadã”, já que a intenção de preservar partiu de um grupo local, representante da memória coletiva, e não do IPHAN.

Com isso, pode-se identificar a atribuição de um *valor sentimental* ou *valor afetivo* à Avenida Koeler, que motivou esse grupo a reivindicar há mais de cinquenta anos, um lugar para o seu patrimônio na construção da história da nação.

Como resposta ao ofício do IHP, ainda no ano de 1962, o arquiteto Paulo Thedim Barreto<sup>23</sup> realiza, em nome do IPHAN, o levantamento fotográfico da Avenida Koeler (fig.103), seguido de parecer técnico destinado ao diretor da Instituição, Rodrigo Mello Franco de Andrade.

---

23 Paulo Thedim Barreto (1908 – 1973) foi arquiteto e engenheiro civil, integrante da primeira equipe de técnicos organizada por Rodrigo M. F. de Andrade para o IPHAN. Cabia-lhe a tarefa de proceder aos levantamentos para posterior tombamento. (CHUVA, 2009)



**Figura 103** – Avenida Koeler vista da Catedral São Pedro de Alcântara.

**Fonte:** IPHAN, 1962.

Nesse laudo, Barreto julga pertinente o *tombamento urbano e paisagístico da Avenida Koeler* e propõe uma extensão as demais vias que constituem o centro histórico da cidade, justificando serem estes os “pontos nobres” em que a urbanização da cidade possui “fundo paisagístico ainda muito pouco alterado” (IPHAN, 1962, fl.03) e que seriam dignos de preservação.

Ao caracterizar o tombamento como “urbanístico e paisagístico”, Barreto reconhece na Avenida Koeler uma unidade entre o urbanismo e o paisagismo no séc. XIX. Pode-se presumir que o sentido do título “urbanístico” pretendia preservar as características do plano realizado pelo Major Júlio Frederico Koeler para a cidade de Petrópolis.

Como foi visto anteriormente, a partir da década de 60, aumenta o interesse pela relação entre homem e natureza, trazendo uma nova atribuição à categoria de paisagem.

O título “paisagístico”, tendo como base os casos analisados por Ribeiro, estaria atribuindo ao conjunto da Avenida Koeler esse valor histórico e cultural, destacando além da rica arborização da via, a paisagem natural ao fundo e as grandes áreas livres e privadas com seus jardins projetados.

A proposta de estender o tombamento às demais vias do entorno poderia sinalizar uma preocupação com a eminente descaracterização do centro histórico de Petrópolis, processo que naquele momento se encontrava ainda em estágio inicial.

No que se refere ao tombamento isolado do Palacete nº 260, Barreto se opõe de maneira enfática, inclusive citando o Decreto Lei nº 25 de 1937:

“Opinamos contra o tombamento específico do prédio nº 260 da Av. Koeler por não possuir ele aquelas características previstas no art. 1º, do Decreto Lei nº 25.”<sup>24</sup> (IPHAN, 1962, fl.03).

O arquiteto não reconheceu na edificação valor artístico ou histórico que justificasse sua inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico certamente pelo palacete em questão apresentar características ecléticas, como a maioria das edificações do conjunto. Ou seja, nega-se a arquitetura, mas são aceitas as contribuições trazidas pelo século XIX para o urbanismo e para o paisagismo.

Apenas três anos antes do parecer técnico, a Instituição reconheceu o valor histórico de uma construção provisória, o Catetinho (fig.104), por ter sido residência do Presidente Juscelino Kubitschek. O palacete nº 260, que hoje abriga a Prefeitura Municipal de Petrópolis, foi residência de verão do Presidente Campos Sales entre 1899 e 1901 como consta no processo.



**Figura 104** – Catetinho

Fonte: Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

---

<sup>24</sup> Art. 1º: “Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 19 de julho de 2012.

Outra edificação, localizada no nº 255 da Avenida, o Palácio Rio Negro (fig.105), era naquele período e até pouco tempo a residência de veraneio oficial da Presidência da República, onde muitos governantes passaram temporadas. Tendo em vista o caso do Catetinho, ambos os Palacetes mencionados seriam dignos de um reconhecimento histórico oficial.



**Figura 105** – Palácio Rio Negro

Fonte: TORRE, 2012.

Os modernistas acreditavam que o ecletismo, ao repetir os estilos históricos, produzira uma arquitetura anti-histórica, fora do seu tempo. Segundo o autor Gustavo Rocha-Peixoto<sup>25</sup> (2000), dois grandes acontecimentos marcam, em 1922, a queda do ecletismo e a ascensão do modernismo: no Rio de Janeiro, a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, e em São Paulo, a Semana de Arte Moderna. Em 1930, com objetivo de “desacademizar” a academia, o arquiteto Lúcio Costa se torna diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

Essa preocupação com a história levou, entre outros grandes nomes do movimento moderno, o próprio Lúcio Costa à uma ativa participação no órgão nacional de patrimônio histórico e artístico. O historiador Marcelo Puppi<sup>26</sup> (1998)

---

<sup>25</sup> Arquiteto diplomado pela FAU/UFRJ em 1980; especialista em estética filosófica pelo IFCS/UFRJ em 1982; mestre em Ciências da Arquitetura pelo PROARQ/UFRJ em 1995 e Doutor em História Social pelo PPGHIS/UFRJ em 2004. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Livros: Reflexos das luzes na terra do Sol, sobre a teoria da arquitetura no Brasil da independência - 1808-1831. São Paulo: Pró Editores, 2000; Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro (organizador do volume) Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001; Leituras em Teoria da arquitetura, Rio de Janeiro: Viana&Mosley, 2009 (co-organizador).

<sup>26</sup> Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e Mestre em História da Arte pela Unicamp.

reconhece nesse movimento do arquiteto “[...] uma evidente instrumentalização do passado segundo os propósitos programáticos [...]” e destaca que junto a sua atuação à frente do SPHAN havia certamente uma pretensão em escrever a nossa história.

Com base nessa visão, os modernistas tombaram o patrimônio colonial, o recém-construído patrimônio moderno e mesmo o acadêmico patrimônio neoclássico, excluindo explicitamente o patrimônio eclético. Essa postura fez com que, em 1964, o Estado da Guanabara criasse um órgão de proteção estadual do patrimônio visando à preservação da arquitetura eclética.

Na década de 70, a divergência de opiniões acerca da preservação da arquitetura eclética da Avenida Central no Rio de Janeiro, dividiu Lúcio Costa e outro importante modernista, o historiador Paulo Santos<sup>27</sup>. Enquanto Lúcio Costa afirmava que a arquitetura eclética continuava representando apenas um “hiato” na história, Paulo Santos se colocou a favor do seu tombamento, reconhecendo seu valor histórico e artístico.

Puppi (1998) divide os estudos realizados sobre a arquitetura eclética em dois blocos divergentes. O primeiro formado por Lúcio Costa e Paulo Santos, importantes agentes contemporâneos a essa história, que a vivenciaram em seu tempo presente, interpretando-a e registrando-a. O segundo composto por autores mais recentes que validaram a narrativa dos mestres antecessores como verdades absolutas, documentando seus estudos. Figurando como um divisor de águas entre esses grupos estaria o autor Yves Bruand<sup>28</sup>, “[...] por conferir prestígio historiográfico ao programa, e assim quase negando ao “ecletismo” o direito de figurar na história.” (PUPPI, 1998)

“Os critérios modernos-nacionalistas adotados por nossa historiografia, [...] conduziram de forma cada vez mais acentuada à redução da arquitetura dos anos 1890-1930 à uma manifestação estrangeira, desvinculada e estranha a uma cultura “autêntica”, nacional e moderna.” (PUPPI, 1998)

---

<sup>27</sup> Arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1926. Profissional atuante, foi sócio do Escritório Pires & Santos S.A, responsável por uma extensa lista de obras na cidade do Rio de Janeiro. Dedicado à investigação histórica e ao estudo das técnicas de construção, foi professor em diversos cursos nas principais escolas de Engenharia e Arquitetura da cidade, mas foi como professor da nascente disciplina de Arquitetura do Brasil na Faculdade Nacional de Arquitetura da então Universidade do Brasil, que Santos firmou-se e consagrou-se como educador e historiador.

<sup>28</sup> Arquivista paleógrafo, formado pela École Nationale de Chartes (França). Foi professor na Universidade de São Paulo, inicialmente dedicado a ensinar Metodologia e Ciências auxiliares da História. Dedicou suas pesquisas à História da Arte.

Ainda hoje os estudos realizados sobre o assunto fariam apenas um apanhado geral, dificilmente livre da classificação negativa feita pelos antecessores modernos sobre questões como o valor artístico. O vínculo entre o moderno e o eclético, que chegaram a conviver, é exposto na maioria dos estudos sobre o ecletismo, no entanto essa relação estaria sendo quase sempre negada.

Tombada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico no ano de 1964, a Avenida teve reconhecimento oficial do seu valor como projeto urbano integrado à natureza. Entretanto, tendo em vista o contexto histórico e a posição dos membros do IPHAN na chamada fase heróica, os valores artísticos e históricos de suas edificações foram enfaticamente negados ao longo do processo de tombamento, situação que permanece até os dias atuais.

No momento do tombamento da Avenida Koeler escolhiam-se cânones da arquitetura nacional e suas edificações foram excluídas dessa lista, demonstrando o poder da construção historiográfica realizada pelos modernistas, através da influência no órgão nacional de preservação. O valor de paisagem não garante a preservação da arquitetura, nem assegura a sua integridade nas intervenções, mantêm-se gabarito e área construída, taxa de ocupação e ambiência.

O resgate do ecletismo ainda não foi consolidado, esse é um processo que permanece em movimento. As classificações ou nomenclatura dos “estilos” divergem entre os autores, bem como o elástico alcance temporal. A identificação da proximidade entre o neoclassicismo e o ecletismo e o conhecimento das contribuições tecnológicas e tipológicas que esse mesmo ecletismo legou ao modernismo parecem, no entanto, ser consenso entre os autores.

A racionalidade presente na arquitetura eclética seria o fator que validaria a pertinência dessa produção e sua sintonia com seu momento histórico. Além disso, dificilmente um país com uma cultura tão antropofágica e uma mão-de-obra ainda tão artesanal produziria uma arquitetura que fosse simplesmente uma réplica européia.

Tratando-se do Ecletismo na Europa, o autor Luciano Patetta<sup>29</sup> (1987) revela que foi promovida uma reavaliação crítica do Neoclassicismo, do Art Nouveau e do Ecletismo, tendo contribuído para essa reflexão a perspectiva histórica, ou seja, o distanciamento temporal do período relativo ao ecletismo, a crise do urbanismo moderno e a problemática da preservação do patrimônio arquitetônico e urbano do século XIX.

---

<sup>29</sup> Professor de História da Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Politécnica de Milão. Autor de ensaios, publicados na Itália, Espanha e Argentina sobre a arquitetura do século XIX e do período entre guerras.

As antigas classificações e o antagonismo entre neoclassicismo e ecletismo precisavam ser revistos pela historiografia: a questão da imitação, mesmo sendo ela greco-romana ou medieval, a percepção de que arquitetura inevitavelmente envolve relações éticas, sociais e políticas e a identificação de uma mesma clientela, a burguesia, foram os primeiros passos para redefinir limites e encontrar consensos.

Nesse processo de análise concluiu-se que havia uma continuidade histórica que se iniciou por volta de 1750, com a crise vitoriana, e teve fim no início do séc. XX com a prevalência do modernismo, renegando totalmente a adoção de estilos históricos.

Esse longo período de mais de 150 anos foi marcado por diferentes manifestações, contradições e fragmentações, denunciando uma constante inquietude intelectual. O forte contexto da época envolveu a consolidação do poder burguês, o desenvolvimento industrial, a cultura romântica, o nacionalismo e as questões econômicas relativas à produção em série.

De acordo com Patetta (1987), os engenheiros e arquitetos do século XIX, diante dos avanços nos cálculos e das instalações industriais, tiveram uma série de dúvidas e reflexões críticas acerca da produção arquitetônica de seus contemporâneos, considerando-a majoritariamente medíocre e contribuindo para que o balanço sobre o ecletismo feito no século XX tenha sido tão negativo.

“A chamada “arquitetura dos engenheiros”, como os diversos estilos históricos e o ecletismo propriamente dito, podem ser vistos como alternativas em jogo para responder às novas condições impostas pela industrialização. [...] O ecletismo pretendeu com o historicismo multitemporal, suprimir a passagem do tempo em nome de uma arquitetura de todos os tempos. Os modernos quiseram, eliminando o estilo, uma arquitetura eterna.” (ROCHA-PEIXOTO, 2000)

Para Rocha-Peixoto, não há dúvidas sobre a importância histórica da arquitetura eclética, inclusive algumas correntes propõem a adoção de alguns de seus “métodos e valores”. Desde a crise do modernismo, uma vertente neo-eclética estaria sendo praticada, enquanto as antigas divergências partidárias foram amenizadas.

Além disso, Puppi aponta a necessidade de uma atualização em relação aos levantamentos teóricos internacionais, tendo em vista a defasagem bibliográfica sobre o assunto no país, e da realização de inventários que sistematizem os dados já obtidos e incluam levantamentos de campo e de arquivos.

As contribuições trazidas pela arquitetura eclética, como as antecipações fundamentais na área dos estudos históricos e dos relevos arquitetônicos, o avanço na tecnologia das construções e a modernidade da casa, são destacadas por Patetta (1987). O autor afirma que os fragmentos urbanos do século XIX possuem um valor indiscutível, devendo ser preservados e estudados, e que isso servisse, diante da crise do urbanismo moderno, para que os arquitetos pudessem formular novos caminhos para as cidades.

### 3. A IMAGEM (RE)VELADA

#### 3.1 A POLÍTICA DO PATRIMÔNIO

O caso do tombamento de uma construção provisória utilizada pelo presidente Juscelino Kubitschek em Brasília, no ano de 1959, antes da inauguração da nova capital, revelava por parte do IPHAN a forte intenção de construir a imagem de uma nação moderna que preservava suas tradições, mesmo que essas precisassem ser construídas.

“Na capital do futuro, onde a concepção de cidade e a linguagem arquitetônica implantada não apresentavam um vínculo com o passado, antes um rompimento, evocava-se nesse ato a “continuidade da tradição nacional”, transformando em história o que fora um gesto inicial de ocupação provisória no imenso canteiro de obras da nova capital. [...] inventava-se um marco de identidade, encontrando no Catetinho uma “origem rústica e quase humilde” para a “majestade da nova capital”.”  
(MARQUES DOS SANTOS, 2007)

Em discurso proferido na ocasião do tombamento do Catetinho, o diretor do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>30</sup>, teria demonstrado clara preocupação com a educação dos cidadãos, reconhecendo as limitações da sua repartição e destacando a importância de uma “ação cidadã” para a preservação efetiva do patrimônio nacional.

Marques dos Santos identifica que esse “traço pedagógico na intenção de preservar” teve origem na construção moderna do conceito de patrimônio, desenvolvida na Europa após a Revolução Francesa em 1789.

No séc. XIX, junto com a organização política dos estados nacionais, instituiu-se a história como uma disciplina fundamental para a educação do cidadão, tendo como objetivo a reconstrução de um passado supostamente exato e dando início a um processo que foi muito além de uma construção historiográfica.

---

<sup>30</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 – 1969) foi escritor, jornalista e advogado, chefe de gabinete do MES (1930) e, em 1936 foi convidado por Gustavo Capanema para organizar e dirigir o IPHAN, cargo que exerceu de 1937 a 1967. (CHUVA, 2009)

“Assim, a história como representação do passado torna-se fonte de legitimação das nacionalidades em construção e um dos centros essenciais do debate político e intelectual. [...] O estabelecimento dos lugares de memória, recuperados do passado ou inventados no presente, contribuiu para construir a imagem de antiguidade essencial à idéia subjetiva de nação.” (Ibid., p. 119-120)

Utilizando como referência as definições criadas pelo historiador da arte Aloïs Riegl, Marques dos Santos conceitua “monumento” como o produto humano criado com a intenção de manter presente uma determinada lembrança e “valor histórico” como uma atribuição pertencente a algo que foi concebido no passado de uma maneira que não pode ser reproduzida no presente.

Ainda fundamentado por Riegl, o autor define o “valor artístico” como pertencente aos monumentos artísticos significativos para a história da arte, destacando que parte deles teria ainda “um valor puramente artístico”, fruto de uma estética atemporal. Sinaliza também a existência de um “valor de antiguidade”, originário não da arqueologia, mas do afeto.

“A relação com o valor sentimental exerce uma ação sobre a memória, mas uma memória coletiva, repartida pelos habitantes de um mesmo lugar ou de um mesmo país. Mas a memória, é importante ressaltar, não é um dado natural e imediatamente apreensível. Nos monumentos históricos a memória a ser encontrada é resultado do conjunto de significações nela impressas.” (Ibid., p. 124)

Após a Revolução Francesa, a memória deixa de fazer referência aos reis e passa a simbolizar “a nação”. O estudo do passado, que identificou no período medieval sua autêntica origem, se torna uma necessidade para a criação de uma identidade nacional, essa relação cria o “sentido do patrimônio moderno”.

O sentido do patrimônio evidencia, através dos monumentos eleitos, a mentalidades e os valores de uma sociedade, mas estará sempre sujeito às mudanças temporais e culturais e conseqüentemente às novas interpretações. O deslocamento desse sentido do patrimônio permite em alguns casos, exigir um lugar na história da nação, podendo inclusive atacar as construções feitas “em nome de um mito das origens”.

“[...] a apreensão do passado parece nunca estar imune às formulações e visões que o presente sempre renovado constrói. A noção de patrimônio remete, portanto, à revisão permanente dos sentidos do passado, revisão que implica numa questão, sem dúvida, de consciência.” (Ibid., p. 129)

Marques dos Santos traça um paralelo entre o caso europeu, “com seus valores didático, patriótico e estético de um patrimônio monumental” e o grupo de base modernista que, apoiado pelo Estado, fundou em 1937 o nosso Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

“[...] os nossos construtores do patrimônio tiveram a ambição de inventar, num tempo de afirmação do nacional, os contornos de um passado que se queria autêntico e específico. Não se tratava apenas de “celebrar a história”, mas de definir o passado a ser recuperado, o passado que deveria ter direito à perpetuidade e direito à visibilidade.” (Ibid., p. 130)

O autor enfatiza que, durante os trinta anos da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967), a ação do IPHAN esteve orientada para a construção dessa identidade nacional. Inspirado por Mário de Andrade e por outros modernistas, o diretor do IPHAN priorizou “a identificação de uma poética própria e de um imaginário local”.

“Nos seus primeiros anos de ação, o foco da instituição foi o barroco mineiro, eleito representante de uma arte e cultura autenticamente brasileiras, construídas a partir de um modelo europeu, mas reapropriado e reinventado pelos nacionais.” (RIBEIRO, 2007)

Juntamente com a criação do IPHAN em 1937, foram criados quatro livros do tomo para que neles fossem inscritos os bens tombados pela instituição: o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A criação de um livro do tomo que incluía bens paisagísticos acusa o interesse em se preservar determinadas paisagens, mas Ribeiro enfatiza que naquele momento não era claro a natureza dessas paisagens e destaca que o título dado

à um bem no momento da inscrição no Livro do Tombo e a escolha de qual livro ou livros o bem seria inscrito são reveladores dos valores a ele atribuídos.

A origem dos livros do tomo está no anteprojeto de lei criado por Mário de Andrade um ano antes. No lugar do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico havia um livro do tomo intitulado apenas Arqueológico e Etnográfico. Mário de Andrade tinha como principais objetivos as questões culturais e explicitou que as paisagens, desde que agenciadas pela mão do homem, poderiam ser inscritas no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico. Nesse caso, ficariam excluídas as possibilidades de tombamento de paisagens naturais.

Com o Decreto-Lei nº 25 de 1937, o anteprojeto de Mário de Andrade sofreu algumas alterações, dentre elas a inclusão do termo “paisagístico”, criando assim o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Podendo receber inscrições de paisagens consideradas “notáveis”, sejam elas naturais ou culturais, e reconhecendo seu valor de patrimônio.

Poucos foram os tombamentos que consideravam os aspectos culturais ou naturais das paisagens, segundo o autor, isso se deve em parte ao fato do grupo de profissionais que compunha o IPHAN ter sido na sua maioria formado por arquitetos. No final da década de 1940 os bens arquitetônicos haviam se consolidado como o principal foco da instituição.

Tendo em vista que muitos membros do IPHAN haviam se formado na Escola de Belas Artes, os livros do tomo adquiriram uma hierarquização não oficial, os bens que não possuíam as características estéticas exigidas para a inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes, ou que de alguma forma não se encontravam íntegros, eram inscritos no Livro do Tombo Histórico ou no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A ação do IPHAN em relação à paisagem se limitou a ideia de paisagismo, deixando a paisagem natural a cargo da legislação ambiental. Excluindo os bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico por seu valor arqueológico ou etnográfico, Ribeiro (2007) afirma haver um padrão nas inscrições realizadas entre as décadas de 30 e 60, quando os bens foram distribuídos em quatro grupos.

Em um grupo estariam os *Jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo*, como foi o caso do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O bem foi tombado em 1938 com inscrição apenas no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, apesar de ter sido criado em 1808 por D. João VI, o que caracterizaria também um valor histórico.

Em seguida estariam os *Monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram*, ou seja, o bem arquitetônico tem seu valor destacado e a paisagem presente é percebida apenas como um segundo plano.

No grupo seguinte, estariam as *Áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores*. Para ilustrar esse padrão o autor apresentou um processo aberto em 1958, o tombamento da Serra do Curral, localizada no entorno de Belo Horizonte. Esse caso revela não só a concepção de paisagem como vista, como a dificuldade em se preservar áreas maiores.

A solicitação de tombamento partiu do então governador de Minas Gerais que tentava evitar a exploração de minério na área. O IPHAN confere parecer contrário ao tombamento da serra, alegando entre outros fatores, as dificuldades em relação ao tamanho da área a ser tombada, o prejuízo ao desenvolvimento do país tendo em vista a concessão já dada a uma companhia estrangeira para exploração dos recursos naturais e o fato de inúmeros bens naturais mais expressivos ainda não estarem inscritos nos livros do tombo. Por fim, é realizado o tombamento de uma faixa de 2 km no entorno da Avenida Afonso Pena, principal eixo viário da cidade, conferindo à serra o valor de vista para a cidade de Belo Horizonte.

Por último, o tombamento de *Conjuntos*, no qual o autor apresentou diversos estudos de caso. Dentre todos os conjuntos ilustrados, por indicarem idéias que contribuíram para a compreensão do processo de tombamento da Avenida Koeler, foram selecionadas as análises referentes ao *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas (MG)*, ao *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás (GO)* e ao *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Vassouras (RJ)*.

O primeiro centro urbano inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pertence à cidade de Congonhas, em Minas Gerais, que teve todo o seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado no ano de 1941. Até então, a maioria dos centros urbanos havia sido inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, alguns anos antes, em 1938, como foi o caso das cidades de Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, São João Del Rei, Serro e Mariana.

Segundo Ribeiro, essa distinção na inscrição do centro urbano de Congonhas em relação às demais cidades representantes do barroco mineiro indicaria que o seu conjunto não possuía as qualidades exigidas pelos membros do IPHAN para a sua inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes. O autor ressalta ainda que, dentre os casos mineiros citados, o conjunto urbano de Congonhas vem sendo o mais descaracterizado.

Apenas no ano de 1954, o IPHAN intitularia um conjunto com o termo "paisagístico" e curiosamente para um bem inscrito não no Livro do Tombo

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, mas nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes. O processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás teve início em 1952, dois anos antes e com um título diferente, “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico”.

Ribeiro atribui essa mudança de título a uma estratégia do IPHAN para preservar o bem e seu entorno, tendo em vista a oposição feita ao tombamento por parte da Prefeitura Municipal e de grupos locais, interessados em realizar um loteamento próximo ao centro urbano da cidade. Com o tombamento atribuindo valor à paisagem, o IPHAN inviabilizou o loteamento proposto e ampliou os limites de sua fiscalização ao entorno da cidade.

Somente em 1958, com a inscrição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Vassouras no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o IPHAN vai tomba uma cidade do século XIX, “quebrando o padrão de cidade barroca”. Esse tombamento incluiu além das construções, a arborização das vias e praças, destacando a vegetação como importante componente de uma ambiência urbana e indicando o início de uma nova visão em relação à categoria de paisagem.

“[...] a partir de finais da década de 60, vemos paulatinamente tentativas de ultrapassagem dessas visões, com noções cada vez mais ampliadas e integradoras da paisagem, mas que, muitas vezes, esbarraram nas dificuldades de execução da Instituição.” (Ibid., p. 90)

Nos anos 60, o Livro do Tombo Histórico ganha destaque em relação ao número de inscrições recebidas, fortalecendo o conceito de cidade histórica e alterando a hierarquia não oficial que até então havia privilegiado o Livro do Tombo de Belas Artes. Aumentam também as inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, vinculado aos tombamentos de conjuntos e abrangendo novos critérios para a preservação.

Das trinta e sete inscrições feitas no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico entre as décadas de 60 e 70, vinte e uma inscrições tratavam de conjuntos urbanos. Com atribuições de valor que não se limitavam mais à estética e à monumentalidade, como era costume anteriormente entre os técnicos do IPHAN, foram tombados sítios arquitetônicos mais modestos, evidenciando uma nova postura que reconhecia para esses bens, outros valores, históricos e culturais, através da categoria de “conjunto paisagístico”.

Esse período foi marcado por grandes mudanças, onde outros fatores merecem destaque, como a preocupação com a gestão dos centros urbanos históricos, fruto da crescente industrialização e conseqüente urbanização do país, o crescimento do turismo, apontado como uma contribuição para a preservação dos sítios históricos, e o início dos “estudos de entorno”, analisando a ambiência e a visibilidade dos bens.

“Assim, mais importante do que o valor arquitetônico ou histórico dos edifícios ou do conjunto, o que se pretende valorizar primeiro como patrimônio é seu aspecto de vestígio da relação do homem com o meio.”  
(Ibid., p. 93)

No entanto, mesmo com essa mudança de visão acerca dos conjuntos históricos, das cidades mineiras tombadas em 1938, apenas a cidade de Ouro Preto teve sua proteção ampliada com nova inscrição em 1986 em dois outros Livros do Tombo, o de Belas Artes e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Sobre a transcrição de conjuntos históricos para outro Livro do Tombo, o autor afirma:

“Embora a escolha do livro no qual o bem é inscrito seja reveladora do valor que lhe é atribuído pela Instituição no momento da sua inscrição, a prática tem mostrado que a gestão do bem, de uma maneira geral, independe do Livro no qual ele foi inscrito. Nesse sentido, menos do que a transformação da gestão, a transcrição das cidades históricas para o Livro Histórico e para o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico representaria o reconhecimento institucional de novos valores para aquele bem. A não transcrição, entretanto, não impediu que na prática da gestão esses novos valores tenham sido incorporados.” (Ibid., p. 93)

### 3.2 O TOMBAMENTO DA AVENIDA KOELER

Em fevereiro de 1964, a direção do IPHAN comunica à Prefeitura de Petrópolis o pedido de tombamento feito pelo IHP e o possível reconhecimento da Avenida Koeler como um conjunto urbano e paisagístico a ser protegido pelo IPHAN como patrimônio nacional. Dando claros indícios da relevância que a posição da gestão municipal da cidade teria sobre o parecer do Conselho Consultivo do IPHAN, o Dr. Rodrigo escreve:

“Solicito, entretanto, a V. Exa. que, atendendo aos efeitos que serão produzidos pelo tombamento e tendo em vista os objetivos da administração municipal, bem como o interesse público da preservação do aspecto tradicional de um dos mais expressivos logradouros de Petrópolis, queira V. Exa., com a alta responsabilidade de seu cargo, transmitir a esta Diretoria o que lhe parecer conveniente sobre a questão, para a adequada instrução do aludido processo.” (IPHAN, 1962, fl.05)

Em resposta, o prefeito de Petrópolis na época, Flávio Castrioto de Figueiredo e Mello<sup>31</sup>, afirmou não parecer fundamental o tombamento em questão já que o Código de Obras local possuía mecanismos de defesa que evitariam deturpações urbanas, e destacou no caso da Avenida Koeler a proibição legal do uso comercial e a possibilidade de construção de novas edificações, essas limitadas em três pavimentos mais um com pilotis e afastamentos mínimos de quatro metros entre as construções e sete metros em relação à Avenida. (IPHAN, 1962, fls.06 e 07)

O código de obras apresentado pelo Prefeito de Petrópolis, além de privilegiar uma tipologia moderna, simbolizada pelo incentivo ao uso de pilotis, permitia a demolição das edificações e apesar de manter o gabarito, reduzia radicalmente as distâncias entre as edificações, possibilitando o máximo aproveitamento dos terrenos para áreas construídas em detrimento dos jardins projetados ali existentes.

---

<sup>31</sup> Flávio Castrioto de Figueiredo e Mello (1920-1988) nasceu em Niterói, foi advogado e político, tendo sido prefeito da cidade de Petrópolis várias vezes, a primeira de 1945 a 1946, a segunda de 1949 a 1951, a terceira de 1955 a 1959 e a última de 1963 a 1966. Disponível em <http://www.apcl.com.br> Acesso em 07 de maio de 2012.

Essa situação reflete claramente um período de grandes pressões imobiliárias e fortes interesses políticos, onde, aparentemente, o turismo ainda não havia sido identificado como uma solução para a economia local.

Com a oposição feita pela Prefeitura de Petrópolis ao tombamento da Avenida Koeler, o IHP estava sozinho na defesa dos valores artísticos e históricos, restava o consenso interno do IPHAN para que o conjunto tivesse seu valor de paisagem reconhecido.

Com isso vemos que, além da ação cidadã apontada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e das intenções e atenções destinadas pelo IPHAN, outro fator é imprescindível para a preservação do patrimônio no país, o reconhecimento e o afeto da gestão municipal pelos monumentos da sua cidade.

Em ofício do dia 22 de abril de 1964, o Diretor da Divisão de Conservação e Restauração do IPHAN, Renato Soeiro<sup>32</sup>, destaca a permissividade do Código de Obras local, o que poderia ocasionar a descaracterização do conjunto e recomenda o tombamento imediato da Avenida Koeler como Conjunto Urbanístico e Paisagístico. Segundo Soeiro,

“[...] o tombamento urbano paisagístico, que não colide com as posturas já em vigor, auxiliará decisivamente a evitar “deturpações urbanísticas do logradouro em foco”, como também o deseja o Sr. Prefeito Flávio Castrioto [...]” (IPHAN, 1962, fl s/nº, localizada entre as fls.09 e 10)

Em carta de janeiro de 1964, meses antes do ofício de Soeiro, o Arquiteto Lúcio Costa, também membro do IPHAN, possivelmente se referindo a alguma conversa, declarou:

“À vista das dificuldades encontradas, concordo com a sugestão de Soeiro no sentido do tombamento urbano paisagístico restringir-se à Av. Koeler”. (IPHAN, 1962, fl.04)

---

<sup>32</sup> Renato Soeiro (1911-?) foi arquiteto, atuando de forma marcante nos órgãos de patrimônio por quatro décadas, sendo diretor da DCR do IPHAN (1946 – 1967) e Diretor do IPHAN (1967 – 1979). (CHUVA, 2009)

A opinião de Renato Soeiro e Lúcio Costa foi decisiva para o Conselho Consultivo do IPHAN, como veremos a frente, e teve influência direta na espacialidade do centro histórico de Petrópolis, no entorno da Avenida Koeler vemos muitas edificações com a tipologia descrita no Código de Obras citado, blocos residenciais com três pavimentos mais um com pilotis (Fig.106).



**Figura 106** – Edificações residenciais no entorno da Av. Koeler.

**Fonte:** TORRE, 2012.

Tudo indica que antes da reunião do Conselho os membros do IPHAN chegaram a um consenso sobre o tombamento, com o aval de Lúcio Costa, o lugar de memória da arquitetura eclética ficou restrito a um fragmento urbano, uma única via, que seria envolta pelas transformações que o tempo, a intensa urbanização e as mudanças na legislação trariam à cidade de Petrópolis.

Com as duas representações municipais defendendo posições radicalmente opostas, o tombamento ou o não tombamento, a solução acordada entre os técnicos do IPHAN foi aceita pelo Conselho Consultivo, que delimitou a área a ser preservada como apenas uma via de todo o centro histórico da cidade de Petrópolis, a Avenida Koeler.

Em oito de junho de 1964 a Avenida Koeler (Petrópolis-RJ) é inscrita no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Inscrição Nº 034, Processo 0662-T62) como conjunto urbano-paisagístico. Segundo a descrição que consta no Livro, trata-se “[...] de um dos principais logradouros do plano urbanístico de Petrópolis de autoria do Major Júlio Koeler e o que se conserva mais íntegro em

seus aspectos paisagístico e urbanístico.” (IPHAN, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nº 64)<sup>33</sup>.

Na descrição feita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico é possível perceber o tom crítico em relação à estética dos edifícios:

“O acervo arquitetônico da Avenida compõe-se de exemplares que, na sua maioria, ainda se conservam íntegros, mas que, construídos na segunda metade do dezenove, ou na passagem desse para o século XX, apresentam certa variedade de estilos, desde alguns que ainda se ligam a um neoclássico final, até outros, que se filiam à fase romântica dos chalés ou, mesmo, ao ecletismo, **à repetição de estilos.**” (IPHAN, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nº64 - grifo nosso).

A análise do processo de tombamento do conjunto formado pelas edificações da Avenida Koeler serviu para ilustrar o quanto as questões relativas à atribuição de valores a um determinado bem estão sujeitas às visões particulares de um grupo ou mais grupos, e podem ser definidas favorecendo ideologias de uma geração, ou os “mitos” criados pelos tempos modernos.

“Associado exclusivamente ao passado, melhor dizendo, a um passado indesejável, este conjunto arquitetônico heterogêneo e complexo será por isso mesmo no mais das vezes, denominado pejorativamente ‘ecletismo’ [...]” (PUPPI, 1998, p.176)

No entanto, o tombamento em 1964 da Avenida Koeler, ainda que apenas no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, demonstra a força de seu conjunto e o reconhecimento do seu valor como paisagem cultural, tendo sido a solução encontrada naquele momento para preservar esse patrimônio e atender as diferentes visões explicitadas ao longo do processo.

---

<sup>33</sup> IPHAN, Patrimônio Material, Bens Tombados, Arquivo Noronha Santos, Livro de Tombo, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Rio de Janeiro- Petrópolis, Avenida Koeler. Disponível em <http://www.iphan.gov.br> Acesso em 07 de maio de 2012.



**Figura 107** – Mapa do Centro de Petrópolis, indicando a Avenida Koeler e o Perímetro da área tombada.

**Fonte:** Google Maps.

**Legenda:**

	Avenida Koeler		Catedral São Pedro de Alcântara
	Palácio Imperial		Praça da Liberdade

### 3.2 A MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Na década de 80, o IPHAN estendeu o tombamento do Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Koeler às demais vias pertencentes ao núcleo original da cidade de Petrópolis. Seguiu-se, com vinte anos de atraso, a sugestão feita no processo de tombamento pelo arquiteto Thedim Barreto.

No entanto, nesse espaço de tempo que se encontra entre o tombamento da Avenida Koeler e a sua extensão, as vias que formavam a antiga Vila Imperial sofreram grandes transformações fruto das demolições do casario tradicional para posterior ocupação de edificações de elevado gabarito (fig.108).

A situação se agravou quando, na década de 90, o IPHAN realizou o destombamento da Avenida Roberto Silveira, localizada no entorno imediato da Avenida Koeler. Com a densa ocupação, nessa e em outras vias do entorno, por edificações que geraram um conflito de escalas, a impacto no Conjunto da Avenida Koeler foi inevitável, causando grande prejuízo na leitura visual da paisagem do seu entorno.



**Figura 108** – Conflito de escalas entre o casario antigo e edificações de elevado gabarito.

**Fonte:** TORRE, 2012.

Além da ruptura na continuidade da malha urbana da Vila Imperial, as ocupações das encostas, ordenadas ou não, contribuiriam definitivamente para que a paisagem fosse brutalmente afetada (fig.109). Aliada a esses fatores de mudança da paisagem, contribui para a redução das áreas verdes a poda excessiva na alameda de árvores da Avenida Koeler (fig.110), manutenção realizada pela companhia de iluminação pública Ampla.



**Figura 109** – Alto do morro que limita ao fundo os lotes da Avenida Koeler ocupado por edificações.

**Fonte:** TORRE, 2012.



**Figura 110** – A poda realizada nas árvores da alameda da Avenida Koeler.

**Fonte:** Google Maps, 2014.

Como consequência, a relação entre arquitetura e paisagem na Avenida Koeler mudou. O paisagismo do conjunto, reconhecido durante o processo do IPHAN como um dos principais aspectos a serem preservados, deixa de ser figura para se tornar fundo, atestando o não seguimento do tombamento no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.



**Figura 111** – Perspectiva da Avenida Koeler vista da torre da Catedral, ao fundo nota-se claramente a ocupação das edificações nas vias de entorno.

**Fonte:** TORRE, 2012.

A percepção do lugar se altera, e a arquitetura do Conjunto da Avenida Koeler, antes negada, surge agora em primeiro plano em detrimento do antes valorizado “fundo paisagístico inalterado”. Essa mudança é atestada inclusive pela placa turística de identificação de patrimônio recentemente instalada nas ruas de Petrópolis (fig.112) e que, no caso da Avenida Koeler aparece intitulada “Conjunto Arquitetônico” contrariando o título de “Conjunto Urbano e Paisagístico” adquirido no ato do tombamento em 1964.



Figura 112 – Placa de identificação turística do Conjunto da Avenida Koeler.

Fonte: ALTOÉ, 2014.

Apesar do contexto apresentado, o Conjunto da Avenida Koeler adquiriu uma posição de destaque na cidade, como a única via que manteve unidade em sua organização espacial. Petrópolis tem hoje no turismo uma de suas principais bases econômicas e sendo assim a Avenida Koeler se tornou a imagem mais representativa da “Cidade Imperial”.



Figura 113 – Praça da Liberdade. Ao fundo a perspectiva da Avenida Koeler e a Catedral São Pedro de Alcântara.

Fonte: Google Images.

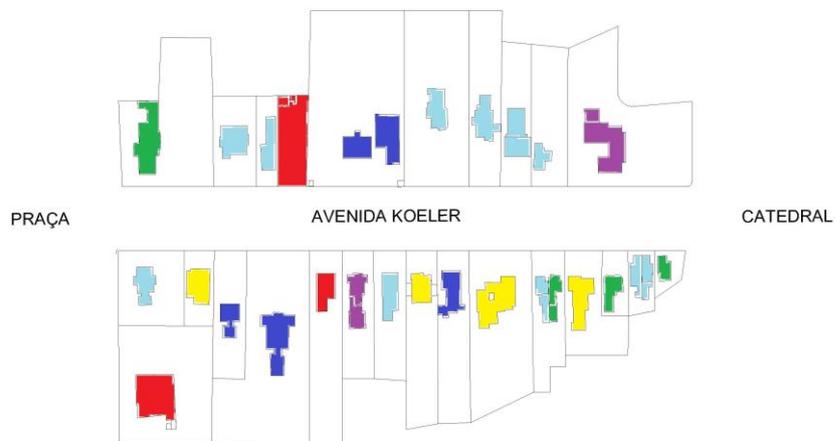
Juntamente com o turismo, a crescente mudança de uso nas edificações do conjunto a partir dos anos 2000, se apresentou como o principal fator de preservação do Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Koeler.



**Figura 114** – Passeio de charrete, um dos atrativos turísticos de Petrópolis.

**Fonte:** FERRARI, 2013.

A iniciativa de ocupação dos palacetes para outros fins que não o uso original como residência, ainda nos anos 90, partiu do poder público judiciário com a Instalação da Justiça Federal. Em seguida foram instaladas a sede da Prefeitura Municipal de Petrópolis e o Museu do Palácio Rio Negro. Na última década, esse movimentou se confirmou com a vinda de escolas, hotéis e pousadas, um banco e uma clínica de estética, além da Cia Imobiliária de Petrópolis e do Escritório Regional do IPHAN.



**Figura 115** – Mapa de usos das edificações.

Fonte: TORRE, 2014.

**Legenda:**

- Órgãos públicos
- Propriedades Privadas/Residências
- Propriedades sem uso/abandonadas
- Instituições Educacionais
- Instituições Comerciais
- Instituições Financeiras

Das vinte e seis (26) edificações localizadas na Avenida Koeler, doze (12) estão ocupadas por novos usos, ou seja, quase metade do Conjunto. Apesar do aspecto possivelmente positivo quanto à manutenção da arquitetura dessas edificações percebeu-se que o mesmo não aconteceu com os respectivos jardins projetados, tão característicos da ocupação ocorrida na virada do século XIX para o XX. Essas áreas, equivocadamente interpretadas como livres, vêm dando lugar ao que parece ser indispensável para a viabilização dos novos usos, o estacionamento de automóveis (fig.116).



**Figura 116** – Jardim frontal da Pousada Monte Imperial ocupado por veículos.

**Fonte:** TORRE, 2012.

No restante das quatorze (14) edificações a maioria se manteve ocupada pelo uso original e, mesmo nos casos em que essas residências são usadas de forma esporádica, aparentam preservar arquitetura e paisagismo. Destacou-se nesses casos o fechamento dos gradis de ferro ou a elevação de seus muros que, apesar de oferecerem privacidade ao indivíduo que no lote se encontra, privam o coletivo da possibilidade de contemplar seu patrimônio.



**Figura 117** – O Palacete nº 144 visto da sua calçada na Avenida Koeler.

**Fonte:** TORRE, 2012

Os casos de abandono e deterioração do patrimônio são pontuais e ocorrem tanto na esfera pública quanto na esfera privada. O Chalé nº 255 (fig.118) faz parte do complexo do Palácio Rio Negro. Desocupado e sem manutenção alguma, se encontra em um grave processo de deterioração, assim como a Casa Franklin Sampaio (fig.119), que há anos se encontra em uma briga judicial entre a FIRJAN e os herdeiros da propriedade.



**Figura 118** – Chalé nº 255.

**Fonte:** FERRARI, 2013.



**Figura 119** – Casa Franklin Sampaio.

**Fonte:** TORRE, 2012

E por último, mas não menos grave aparece o caso do Lote nº 284 que não possui arquitetura remanescente e é alugado pela Prefeitura Municipal da cidade de Petrópolis para estacionamento de veículos exclusivo para seus funcionários (fig.120).



**Figura 120** – Lote nº 284, ocupado pela Prefeitura Municipal para estacionar veículos.

**Fonte:** TORRE, 2012.

Os marcos urbanos que limitam a Avenida Koeler desde o Plano Koeler cumprem o papel de monumento da cidade e espaço público a serviço da população.

Como ocorreu com diversos monumentos mundo afora, a Catedral São Pedro de Alcântara e a Praça da Liberdade receberam projetos de iluminação artística, destacando suas formas e sombras e atraindo visitantes não só de dia, mas também à noite.

A Catedral (fig.121) é assiduamente frequentada por moradores e turistas que se interessam pela sua arquitetura e pela história de Petrópolis, além dos que seguem a fé católica. Com a presença da iluminação artificial, a Praça da Igreja se enche de jovens à noite, onde uma Kombi amarela vende sanduíches conhecidos como os melhores da cidade.

Do outro lado do Rio Quitandinha, a Praça da Liberdade segue sendo a principal área de lazer pública central (fig.122). Recebe diariamente uma massa de indivíduos de todas as idades que desfrutam de seus caminhos densamente arborizados e opções de lazer variadas.



**Figura 121** – Iluminação artística na torre da Catedral São Pedro de Alcântara.

**Fonte:** TORRE, 2013.



**Figura 122** – Parque infantil na Praça da Liberdade.

**Fonte:** TORRE, 2012.

Como Paisagem Cultural, o Conjunto da Avenida Koeler é mutável e vem alterando continuamente suas formas e seus significados, sem com isso perder a força de sua Imagem. Quadro a quadro, tempo a tempo, essa imagem foi se delineando.

Em uma cidade fruto do desejo e da ideia, a Avenida Koeler é um patrimônio que reflete tempos e mitos construídos em momentos do passado, mas, ao contrário de outros lugares de memória, continua integrando de modo ativo o momento do presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais agressivas que tenham sido as mudanças trazidas pelos sucessivos tempos à Petrópolis, a Catedral São Pedro de Alcântara e a Praça da Liberdade, principal área de lazer pública do centro da cidade, juntamente com o Rio Quitandinha que corta a Avenida Koeler, não poderiam ser deslocados a lugar algum.

Apesar de ambos os espaços físicos só terem sido efetivamente ocupados e consolidados já na República, a definição de suas localizações em planta, pelo Plano Koeler, limitando as duas extremidades da via, constituem o grande legado do período imperial para a permanência, como conjunto, do Patrimônio da Avenida Koeler.

A persistência do título imperial, tanto oficialmente como na memória coletiva, em contraste com a amnésia histórica relativa às contribuições da República para a consolidação das formas arquitetônicas que predominaram na formação da cidade, revelam a força do fato urbano original. Mais que isso, contradiz a crença de que a história dos vencedores prevalece sempre. A história das classes dominantes segue monopolizando sim, a história escrita.

A construção historiográfica feita pelos modernistas do IPHAN, justificada pelo poder adquirido de eleger, em nome da nação, os bens dignos de constituir o patrimônio nacional e quais valores a ele seriam atribuídos, faz parte da memória da Avenida Koeler.

No entanto, a história oral, passada de geração em geração, absorvida como memória coletiva resiste mesmo contra os fatos mais significativos. Afinal, mesmo com o exílio da Família Imperial, a mudança de nomes das ruas, a cidade como Capital do Estado e estância de veraneio presidencial, Petrópolis permanece sendo a cidade de Pedro assim como a Avenida Koeler permanece sendo a mais bela rua da cidade imperial.

“Enfim, a história do patrimônio participa da importância do passado, indissolavelmente tecida por traços e restos. Esta história é fruto de procedimentos oficiais, de arranjos, de protocolos e de expertises, mas também de oportunidades e derrotas, de rivalidades e de incompreensões.” (MARQUES DOS SANTOS, 2007)

Possíveis e plausíveis interpretações da “imagem constituída” pela Avenida Koeler surgiram na trilha deixada pela série de eventos que culminou na sua permanência como conjunto. Da utopia original à realidade atual, três esferas envolvem essa imagem, o sítio privilegiado, o traço urbano do Império e a representação arquitetônica da República. A paisagem, enquanto aquele fundo inalterado tantas vezes destacado, não resistiu à mão do homem neste último tempo presente, restringindo-se ao paisagismo dos jardins.

A percepção do espaço estudado através das imagens de diferentes tipos e tempos e dos relatos, tanto dos registros de viagem feitos pelos memorialistas quanto dos registros técnicos documentados no processo de tombamento, possibilitou a construção de uma narrativa que foi além da bibliografia básica existente, identificando os fatos urbanos que definiram a permanência do patrimônio da Avenida Koeler, superando a repetida história do mito da Cidade Imperial.

Observando e analisando as transformações e as permanências na Avenida Koeler, foi-se desconstruindo sua história, revelando seus momentos-chave e, com isso, possibilitando um novo arranjo dos fatos.

“O passado não existe mais e a história é uma narrativa e não um conjunto de fatos. Existem restos que testemunham o passado no presente e é com eles que a história se faz. Monumentos, documentos, edifícios, marcas na cidade, a memória social são tangíveis no presente – formam uma coleção contemporânea – e, assim, servem para constituir uma imagem do passado.” (ROCHA-PEIXOTO, 2011)

## REFERÊNCIAS

AMBROZIO, Julio. **Petrópolis: O presente e o passado no espaço urbano: uma história territorial**. Petrópolis: Escrita Fina, 2013.

ARGAN, Giulio C. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AULER, Guilherme. **As propriedades do Major Koeler em Petrópolis**. Instituto Histórico de Petrópolis, 2010. Disponível em <http://www.ihp.org.br>

APL, Academia Petropolitana de Letras. **Galeria: Flávio Castrioto de Figueiredo e Mello**. Disponível em <http://www.apcl.com.br> Acesso em 7 de maio de 2012.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COLIN, Sílvio. **Ecletismo na arquitetura I**. Disponível em:

<http://www.coisasdaarquitectura.wordpress.com> Acesso em 06 de junho de 2012

DEL BRENNA, Giovanna R. Ecletismo no Rio de Janeiro (séc.XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (Org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, Edusp, 1987, p. 28-67.

DUNLOP, Charles J. **Petrópolis Antigamente**. Rio de Janeiro: ERCA, 1986.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRÓES, José Kopke. **Petrópolis Capital do Estado**. Instituto Histórico de Petrópolis, 1996. Disponível em <http://www.ihp.org.br>

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional. **Patrimônio Material, Bens Tombados, Arquivo Noronha Santos, Livro de Tombo, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**, Rio de Janeiro - Petrópolis, Avenida Koeler. Disponível em <http://www.iphan.gov.br> Acesso em 07 de maio de 2012.

IHP, Instituto Histórico de Petrópolis. **Histórico da Instituição**. Disponível em <http://www.ihp.org.br> Acesso em 10 de maio de 2012.

KLUMB, Revert Henry. Doze horas de em diligência, guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora - 1872. In: Museu Imperial (Org.) **Cidade de Petrópolis – Reedição de quatro obras raras**. Petrópolis: Museu Imperial, 1957.

- LACOMBE, Lourenço Luiz. **Biografia de um palácio**. Petrópolis: Museu Imperial, 2007.
- LACOMBE, Lourenço Luiz. **Avenida Koeler**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda., 1994.
- LORDEIRO, Manoel de Souza. **A Atualidade do Plano Urbanístico de Koeler**. Instituto Histórico de Petrópolis, 2000. Disponível em <http://www.ihp.org.br>
- MARQUES DOS SANTOS, Afonso Carlos. **A Invenção do Brasil**: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MORLEY, Edna June. **A Forma da Utopia**; o Plano Koeler e a Construção da Vila Imperial, Petrópolis, RJ, Tese de Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ – PROARQ, 2001.
- PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, Edusp, 1987, p. 8-27.
- PEDROSO, Margarida Mendes. **Petrópolis: De Fazenda a Núcleo Urbano – A Cidade Imperial em sua Formação**. Instituto Histórico de Petrópolis, 2007. Disponível em <http://www.ihp.org.br>
- PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira**: questões de historiografia. Campinas: Pontes CPHA/IFCH, 1998.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **Estratégia da aranha ou: da possibilidade de um ensino metahistórico em arquitetura**. Conferência para concurso de professor titular do setor de História e Teoria. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2001.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Introdução. In: CZAIJKOWSKI, Jorge (Org.) **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p. 5-24.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Valença: Editora Valença, S. A., 1977.
- SOARES, José Joaquim F. Monteiro. **Petrópolis**. Rio de Janeiro: Texto Editora, 2008.
- SOUZA, Luiz Antônio Alves. **Considerações sobre o Plano Koeler**. Instituto Histórico de Petrópolis, 1996. Disponível em <http://www.ihp.org.br>

TAUNAY, Carlos Augusto. Viagem Pitoresca a Petrópolis - 1862. In: Museu Imperial (Org.) **Cidade de Petrópolis – Reedição de quatro obras raras**. Petrópolis: Museu Imperial, 1957.

TINOCO, J. Petrópolis – Guia de Viagem - 1885. In: Museu Imperial (Org.) **Cidade de Petrópolis – Reedição de quatro obras raras**. Petrópolis: Museu Imperial, 1957.

### **Fontes Primárias**

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL (IPHAN) - **Processo nº 662-T-62, Conjunto Arquitetônico: Avenida Koeler, Petrópolis/RJ**. Arquivo Noronha Santos, IPHAN, Rio de Janeiro/RJ.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL (IPHAN) - **Processo nº 194-T-39, Palácio da Princesa Isabel, Petrópolis/RJ**. Arquivo Noronha Santos, IPHAN, Rio de Janeiro/RJ.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL (IPHAN) - **Fichas Cadastrais dos Imóveis da Avenida Koeler**. Arquivo do Escritório Técnico da Região Serrana, IPHAN, Petrópolis/RJ.

PERFIL DA AVENIDA KOELER NO IMPÉRIO



LADO PAR

LADO PAR



LADO ÍMPAR

LADO ÍMPAR

# PERFIL DA AVENIDA KOELER NA REPÚBLICA



LADO PAR

LADO PAR



LADO ÍMPAR

LADO ÍMPAR